



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS  
Estado do Espírito Santo

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2021**

**ID CiudadES Contratações: 2021.067E0600001.01.0002**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS/ES por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO MATEUS/ES**, com sede centralizada na Rua Alberto Sartório, nº 404 – Carapina - São Mateus – ES realizará a licitação, **com ampla participação**, na modalidade "Pregão Eletrônico", do tipo **MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, ADMITINDO-SE TAXA NEGATIVA OU IGUAL A ZERO**, através do site: [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br) ou [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS DE VEÍCULOS, POR MEIO DA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO COM UTILIZAÇÃO DE CARTÃO DE PAGAMENTO MAGNÉTICO OU MICRO PROCESSADO E DISPONIBILIZAÇÃO DE REDE CREDENCIADA DE POSTOS DE COMBUSTÍVEL, COMPREENDENDO A DISTRIBUIÇÃO DE: GASOLINA COMUM, DIESEL COMUM E S10 PARA A FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS/ES**, conforme Processo Administrativo nº 006.218/2021.

O Pregão será realizado pela Pregoeira e Equipe de Apoio do Município, designados pela **Portaria Nº 032/2021**, de acordo com a nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e demais normas pertinentes, e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital, bem como pelo Decreto Municipal nº 9.912/2018, no que couber.

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- 1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município, denominada Pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "**Licitações-e**", no sítio eletrônico [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) do Banco do Brasil S/A.
- 1.2. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, às Leis Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de Pregão, alterado pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, e a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.
- 1.3. O Edital poderá ser lido e obtido nos sítios oficiais do Banco do Brasil - [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) - e da Prefeitura Municipal de São Mateus - [www.saomateus.es.gov.br](http://www.saomateus.es.gov.br).

**1.4. Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos:**

Data inicial para recebimento das propostas	Dia 08/06/2021
Limite para acolhimento das propostas	Às 13:30 horas do dia 16/06/2021
Abertura das propostas	Às 13:30 horas do dia 16/06/2021
Início da sessão de disputa	Às 14:00 horas do dia 16/06/2021

- 1.5. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: (informando o número do Pregão) e-mail: [licitacao@saomateus.es.gov.br](mailto:licitacao@saomateus.es.gov.br) - horário comercial.

**2. DO OBJETO**

- 2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS DE VEÍCULOS, POR MEIO DA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO COM UTILIZAÇÃO DE CARTÃO DE PAGAMENTO MAGNÉTICO OU MICRO PROCESSADO E DISPONIBILIZAÇÃO DE REDE CREDENCIADA DE POSTOS DE**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

**COMBUSTÍVEL, COMPREENDENDO A DISTRIBUIÇÃO DE: GASOLINA COMUM, DIESEL COMUM E S10 PARA A FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS/ES**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. A licitação será realizada em único item.

2.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item expresso em **MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, ADMITINDO-SE TAXA NEGATIVA OU IGUAL A ZERO**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.4. A taxa de Administração ofertada será fixo e irrevogável e terá validade durante toda vigência do contrato.

### 3. DAS ESPECIFICAÇÕES GERAIS DO OBJETO – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM FORNECIDOS PREVISÃO DE CONSUMO:

ITEM	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (TA)
01	GERENCIAMENTO DE REDE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS DA FROTA DE VEÍCULOS DO GOVERNO DO ESTADO, ENVOLVENDO A IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA INFORMATIZADO, VIA INTERNET, COM A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES E OUTROS MATERIAIS FORNECIDOS PELA REDE DE POSTOS CREDENCIADOS ATRAVÉS DA TECNOLOGIA DE CARTÃO DE PAGAMENTO MAGNÉTICO OU MICRO PROCESSADO E DISPONIBILIZAÇÃO DA REDE DE POSTOS CREDENCIADOS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.	%
	<b>VALOR GLOBAL ESTIMADO (VGE)</b>	<b>R\$ 4.788.303,00</b>
	<b>VALOR TOTAL DA PROPOSTA TA +VGE</b>	<b>R\$ _____</b>

**Obs.:** Nos valores acima deverão estar compreendidos, além do lucro, encargos sociais, taxas e seguros, quaisquer despesas de responsabilidade do proponente que, direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto licitado, na forma e condições previstas no Edital e seus Anexos.

**OBS.:** Menor taxa de administração, admitindo-se taxa negativa ou igual a zero, e em caso de taxa com percentual positivo admitindo-se o máximo de 1,50% por cento. Permitindo-se apenas a aplicação da taxa sobre o valor médio do Município de São Mateus, divulgado pela ANP.

3.1. Os serviços deverão ser prestados por empresas capazes de arcar integralmente com a execução do objeto da pretensa contratação, qual seja, Prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Combustíveis de Veículos, por meio da implantação e operação de sistema informatizado e integrado com utilização de cartão de pagamento magnético ou micro processado, vedada a subcontratação parcial do objeto, sob risco de prejudicar a execução, dada a especificidade dos serviços que devem ser realizados pela própria contratada, em sua totalidade, para o gerenciamento.

3.2. O consumo de Litros de combustível foi estimado conforme informado na Tabela acima, tendo em vista o consumo do contrato anterior. Os respectivos valores estão descritos no item 5. PREVISÃO DE CONSUMO.

3.3. O Sistema Tecnológico a ser fornecido e implantado deverá constituir-se em um aplicativo de gestão de combustíveis a um sistema de cartão de pagamento magnético ou micro processado, que emita relatórios gerenciais e permita a definição de parâmetros de controle para toda a frota, por veículo e perfil do usuário.

3.4. Conforme necessidade da CONTRATANTE, outros relatórios poderão ser solicitados ou aperfeiçoados os



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

- já disponibilizados;
- 3.5.** A composição dos relatórios deverá ser submetida à apreciação da Administração para adequação às necessidades administrativas;
- 3.6.** No sistema informatizado via web a CONTRATADA deverá disponibilizar, via Internet, sistema que permita o gerenciamento dos abastecimentos da frota, o qual só poderá ser acessado por servidores cadastrados e com senhas individualizadas.
- 3.7. O sistema (software) para captura de dados para o gerenciamento, controle e aquisição de combustíveis, deve permitir no mínimo:**
- 3.7.1.** Dois níveis de acesso: gestor e usuário;
- 3.7.2.** Cadastramento dos veículos e motoristas;
- 3.7.3.** Emissão de relatórios on-line (data e horário do abastecimento; posto utilizado; quantidade de litros de combustível; quilometragem do veículo, consumo médio);
- 3.7.4.** Acesso aos dados dos veículos e abastecimento em tempo real;
- 3.7.5.** Alteração de dados, bloqueio e desbloqueio de cartões e senhas on-line, em tempo real.
- 3.8. Acesso aos abastecimentos:**
- 3.8.1.** Os abastecimentos somente serão possíveis em postos previamente credenciados pela CONTRATADA, com uso de cartão do veículo e do motorista e suas respectivas senhas.
- 3.8.2.** O CONTRATANTE não se responsabilizará pelo pagamento ao posto no caso de indisponibilidade do equipamento, defeito, ausência de sistema alternativo, sendo que, nestes casos, a indisponibilidade deverá ser comunicada ao motorista antes do abastecimento ser realizado.
- 3.8.3.** O equipamento do posto deverá emitir comprovante da transação efetuada, independentemente da solicitação do motorista, que contenha no mínimo as seguintes informações: nome e endereço do posto, identificação do veículo, identificação do motorista, hodômetro do veículo no momento do abastecimento, tipo de combustível adquirido, quantidade de litros, valor do abastecimento, data e hora da transação, saldo remanescente do limite do cartão;
- 3.8.4.** No caso de impossibilidade temporária de se efetuar a transação em meio eletrônico, a rede credenciada deverá aceitar transações e processos de contingência para garantir a continuidade dos serviços contratados. Este procedimento deve consistir na obtenção da autorização por parte da contratada ou fiscal do contrato da contratante, sendo todas as informações necessárias ao controle e gestão dos abastecimentos transcritos em formulário próprio;
- 3.8.5.** A contratada deverá adotar sistema de segurança de forma a impedir o abastecimento de outros veículos que não sejam autorizados pela Contratante, permitindo o controle sobre todos os abastecimentos;
- 3.8.6.** O Sistema deverá prever o fornecimento de 01 (um) cartão parametrizado e vinculado a APENAS um veículo específico da frota, não podendo o mesmo cartão possibilitar o abastecimento de outro veículo;
- 3.8.7.** O abastecimento não poderá ser efetuado sem a posse do cartão específico do veículo, mesmo que o condutor esteja de posse de cartão pertencente a outro veículo da frota da Contratante;
- 3.8.8.** A Contratada deverá fornecer pelo menos 01 (um) cartão coringa (não vinculado) para cada Unidade, para utilização em casos excepcionais (locações, trocas, perdas, etc.) e devidamente autorizados pela Administração, com seu custo incluso no valor do serviço de gerenciamento de frota;
- 3.8.9.** O abastecimento indevido de veículo não autorizado, cancelado ou bloqueado pelo gerenciamento, se constatado, será considerado falha no sistema, e as despesas efetivadas serão suportadas pela Contratada;
- 3.8.10.** Os combustíveis a serem oferecidos deverão atender às especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, conforme legislação em vigor. Os prejuízos causados aos veículos da frota, decorrentes do uso de combustível com suas características alteradas, ou seja, fora dos padrões exigidos pela legislação, deverão ser custeados pela Contratada;
- 3.8.11.** A Contratada deverá oferecer flexibilidade no sistema de abastecimento pretendido, para facilitar o acesso a rede de serviços dispersa pelo País, atendendo plenamente as peculiaridades da Secretaria de Assistência Social, que por vezes necessita realizar viagens em missões de âmbito nacional.
- 3.9. Rede de postos de abastecimento credenciada:**
- 3.9.1.** A CONTRATADA deverá dispor de no mínimo 03(três) estabelecimentos credenciados no município de São Mateus/ES e mínimo 01(um) estabelecimento nos demais municípios dos Estados do Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Esclarecemos que os postos de



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

abastecimento nos Estados mencionados são necessários, considerando viagens técnicas do FMAS E Conselho Tutelar.

- 3.9.2.** A CONTRATADA será a única responsável pelo pagamento aos postos credenciados dos valores consumidos pelo CONTRATANTE, que não responderá solidária ou subsidiariamente por esse pagamento.
- 3.9.3.** Os postos credenciados deverão prestar serviços de abastecimento no mínimo de segunda-feira a sábado, das 7h00 às 20h00, devendo haver, ao menos, um posto com atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia e sete dias por semana num raio de 10 Km do Edifício-sede do CONTRATANTE, localizado na Rua Alberto Sartorio, nº.404, Carapina, São Mateus/ES
- 3.9.4.** Cada condutor deverá ter sua identificação validada por meio de senha durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos credenciados pela CONTRATADA, sendo de sua responsabilidade a solução técnica que identifique o condutor do veículo no ato do abastecimento e coíba, com agilidade e segurança, as eventuais utilizações não autorizadas.
- 3.9.5.** As eventuais alterações ou mudanças dos postos credenciados devem ser comunicadas imediatamente ao CONTRATANTE, via site eletrônico ou por intermédio do sistema instalado pela empresa CONTRATADA.
- 3.9.6.** O credenciamento de novos postos, conforme a necessidade do CONTRATANTE deverá ser efetivada pela CONTRATADA no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data da solicitação.
- 3.10. Fornecimento de cartões:**
- 3.10.1.** A CONTRATADA fornecerá gratuitamente os cartões magnéticos ou cartões micro processados, sendo 01 (um) para cada veículo cadastrado, totalizando aproximadamente a quantidade de 120 (cento e vinte), e informado pelo CONTRATANTE, inclusive para os casos de perda, roubo, furto, extravio ou incorporação de novos veículos automotores à frota do CONTRATANTE.
- 3.10.2.** A CONTRATADA deverá fornecer os cartões no prazo máximo de 10 (dez) dias.
- 3.10.3.** O CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer tempo, o acréscimo do quantitativo de cartões, os quais deverão ser fornecidos pela CONTRATADA no prazo máximo de 10 (dez) dias, também gratuitamente.
- 3.11. Tipo de cartão:**
- 3.11.1.** Cartão individual por veículo e uso de senha, com tecnologia que permita a gestão da frota e dos abastecimentos. Este cartão possibilitará o acesso do posto ao limite de crédito do veículo, e o seu uso identificará o veículo que foi abastecido nos relatórios. O cartão deverá trazer, no mínimo, o nome da CONTRATADA, n.º do cartão, placa do veículo.
- 3.12. Sistema de abastecimento:**
- 3.12.1.** Após assinatura do contrato será fornecido planilha contendo a identificação dos veículos e usuários pertencentes à frota do CONTRATANTE.
- 3.12.2.** O software de Gestão de Abastecimento, os Equipamentos Periféricos e os Cartões da CONTRATADA devem compreender, no mínimo:
- Emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle das despesas, condutores, consumo e quilometragem específicos por veículo;
- I. Parametrização dos cartões com os dados necessários para identificação das características dos veículos e equipamentos automotivos, contendo, no mínimo, as seguintes restrições:
- a) Por veículo: tipo de combustível, limite de crédito em R\$ por transação e em R\$/mês;
  - b) Para o condutor: impedir transações sem senha e possibilitar a identificação de ocorrências por tentativas frustradas.
    - O bloqueio/desbloqueio/troca de senha de forma online e instantânea;
    - O cancelamento imediato para os casos de perda ou extravio de cartão;
    - A fixação de limite de preço unitário máximo por combustível para cada veículo, determinado pelo CONTRATANTE, o qual não poderá ser ultrapassado sem sua expressa autorização;
    - Identificação do usuário no momento do abastecimento através da senha pessoal;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

#### 3.13. Limite de crédito dos cartões-combustível:

- 3.13.1. A cada cartão-combustível corresponderá um limite de crédito mensal, determinado pelo Agente Fiscalizador do CONTRATANTE. Esse limite determinará não somente o valor, mas também o tipo de combustível que poderá ser utilizado para abastecimento do veículo.
- 3.13.2. Deverá ser possível para o CONTRATANTE alterar esse limite sempre que julgar necessário, via web, por meio do uso de sistema informatizado. Deverá também ser possível adicionar valores extras ("cota extra") em tempo real, utilizando o sistema sempre que o CONTRATANTE julgar conveniente e necessário.
- 3.13.3. Esse limite deverá ser disponibilizado por mês automaticamente pela empresa CONTRATADA para cada cartão, de forma integral, porém sem acumular com os valores não utilizados no mês anterior. A CONTRATADA deverá observar rigorosamente esta data de disponibilização de crédito para que a continuidade do serviço não seja prejudicada.

#### 4. PREVISÃO DE CONSUMO

- 4.1. Para assegurar o abastecimento da frota da Prefeitura Municipal de São Mateus visando suprir as necessidades de deslocamento dos servidores no exercício de suas atividades institucionais, estima-se anualmente:

TIPO DE COMBUSTÍVEL	PROJEÇÃO QUANTIDADE MÉDIA MENSAL (Litros)	PROJEÇÃO QUANTIDADE MÉDIA PARA 12 MESES (Litros)	Preço médio ANP março/2021 Município mais próximo (Linhares) (R\$)	VALOR MENSAL ESTIMADO (R\$)	VALOR ESTIMADO 12 MESES (R\$)
Gasolina Comum	24.333	292.000	5,699	R\$ 138.675,65	R\$ 1.664.108,00
Diesel - S 10	61.167	734.000	4,109	R\$ 251.335,20	R\$ 3.016.006,00
Diesel Comum	2.250	27.000	4,007	R\$ 9.015,75	R\$ 108.189,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 399.026,60</b>	<b>R\$ 4.788.303,00</b>

#### 5. DAS CONDIÇÕES BÁSICAS

- 5.1.1. O fornecimento do combustível deverá estar disponibilizado à CONTRATANTE no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço.
- 5.1.2. Quanto ao quantitativo estimado a ser contratado, só será pago o que efetivamente for consumido.

#### 6. DO PREÇO

- 6.1. Não será aceito cobrança de taxa de administração. Permitindo-se apenas a aplicação de desconto sobre o valor médio do Município de São Mateus, divulgado pela ANP.
- 6.2. **O preço unitário considerado para o fornecimento dos combustíveis será o preço médio mensal do Município de São Mateus divulgado pela ANP, na ausência da média do município de São Mateus deverá ser utilizado a média do Município mais próximo divulgado pela ANP.**
- 6.3. O preço unitário poderá sofrer variação, conforme divulgação de preço médio mensal do combustível (gasolina/diesel) no município de São Mateus, publicado pela Agência Nacional do Petróleo – ANP.
- 6.4. No preço contratado já se encontram computados todos os impostos, tarifas, fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto deste contrato, isentando a **CONTRATANTE** de quaisquer ônus por despesas decorrentes.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

6.5. O critério utilizado para fins de contratação será **A MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, ADMITINDO-SE TAXA NEGATIVA OU IGUAL A ZERO, sobre o valor médio mensal divulgado pela ANP do Município de São Mateus** e será fixo e irrevogável durante todo o contrato.

#### 8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do orçamento próprio do Município a cargo das contas de atividades:

- Órgão: 0140 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, AQUICULTURA, ABASTECIMENTO E PESCA
- Unidade Orçamentária: 014010 - Secretaria Municipal de Agricultura, Aquicultura, Abastecimento e Pesca
- Função: 20 - Agricultura
- Subfunção: 691 – Promoção Comercial
- Programa: 0024 – CONSTRUÇÃO/MANUTENÇÃO DE ESTRADAS E BUEIROS
- Projeto/Atividade: 2.049 - Manutenção e Serviços de Estradas Vicinais
- Elemento Despesa: 33903000000 - Material de Consumo
- Fonte de Recurso: 1530000000 - Transferência da União Referente Royalties do Petróleo
- Ficha: 000043
  
- Órgão: 0170 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL
- Unidade Orçamentária: 017010 - Secretaria Municipal de Defesa Social
- Função: 06 - Segurança Pública
- Subfunção: 122 - Administração Geral
- Programa: 0055 - Apoio Administrativo
- Projeto/Atividade: 2.001 - Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Secretaria
- Elemento Despesa: 33903000000 - Material de Consumo
- Fonte de Recurso: 1001000000 - Recursos Ordinários
- Ficha: 000009
  
- Órgão: 0100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
- Unidade Orçamentária: 010010 - Secretaria Municipal de Educação
- Função: 12 - Educação
- Subfunção: 122 - Administração Geral
- Programa: 0452 - Gestão Pedagógica
- Projeto/Atividade: 2.001 - Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Secretaria
- Elemento Despesa: 33903000000 - Material de Consumo
- Fonte de Recurso: 1111000000 - Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
- Ficha: 000009
  
- Órgão: 0100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
- Unidade Orçamentária: 900005 - Educação para Todos
- Função: 12 - Educação
- Subfunção: 122 - Administração Geral
- Programa: 0455 – Educação para Todos
- Projeto/Atividade: 2.086 - Manutenção do Programa de Transporte Escolar e Aquisição de Veículos
- Elemento Despesa: 33903000000 - Material de Consumo
- Fonte de Recurso: 1120000000 – TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO
- Ficha: 000128
  
- Órgão: 0100 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
- Unidade Orçamentária: 900005 - Educação para Todos
- Função: 12 - Educação



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

- **Subfunção:** 361 – Ensino Fundamental
  - **Programa:** 0455 – Educação para Todos
  - **Projeto/Atividade:** 2.070 - Manutenção das Atividades do Transporte com Recursos da União e do Estado.
  - **Elemento Despesa:** 33903000000 - Material de Consumo
  - **Fonte de Recurso:** 1123000000 – TRANSFERÊNCIAS DOS RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO
  - **Ficha:** 000132
- 
- **Órgão:** 0120 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE
  - **Unidade Orçamentária:** 012010 - Secretaria Municipal de Esportes, Lazer E Juventude
  - **Função:** 27 – DESPORTO E LAZER
  - **Subfunção:** 122 – Administração Geral
  - **Programa:** 0090 – APOIO ADMINISTRATIVO – Sec. Esportes
  - **Projeto/Atividade:** 2.001 – Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Secretaria
  - **Elemento Despesa:** 33903000000 - Material de Consumo
  - **Fonte de Recurso:** 1001000000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS
  - **Ficha:** 00008
- 
- **Órgão:** 0060 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
  - **Unidade Orçamentária:** 002010 - Procon
  - **Função:** 04 - ADMINISTRAÇÃO
  - **Subfunção:** 122 – Administração Geral
  - **Programa:** 0462 – APOIO ADMINISTRATIVO – Procon
  - **Projeto/Atividade:** 2.001 – Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Secretaria
  - **Elemento Despesa:** 33903000000 - Material de Consumo
  - **Fonte de Recurso:** 1001000000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS
  - **Ficha:** 00008
- 
- **Órgão:** 0060 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
  - **Unidade Orçamentária:** 013010 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
  - **Função:** 18 – GESTÃO AMBIENTAL
  - **Subfunção:** 541 – Preservação e Conservação Ambiental
  - **Programa:** 0108 – APOIO ADMINISTRATIVO – SEc. de Meio Ambiente
  - **Projeto/Atividade:** 2.001 – Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Secretaria
  - **Elemento Despesa:** 33903000000 - Material de Consumo
  - **Fonte de Recurso:** 1001000000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS
  - **Ficha:** 00009
- 
- **Órgão:** 0070 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
  - **Unidade Orçamentária:** 007010 - Secretaria de Obras, Infraestrutura e Transporte
  - **Função:** 15 - Urbanismo
  - **Subfunção:** 451 - Infraestrutura Urbana
  - **Programa:** 0121 - Infraestrutura de Obras Públicas
  - **Projeto/Atividade:** 1.006 - Abertura, Reabertura, Pavimentação e ou Melhoramento de Vias Públicas
  - **Elemento Despesa:** 33903000000 - Material de Consumo
  - **Fonte de Recurso:** 1530000000 - Transferência da União Referente Royalties do Petróleo
  - **Ficha:** 000018
- 
- **Órgão:** 0080 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
  - **Unidade Orçamentária:** 008010 - Fundo Municipal de Assistência Social
  - **Função:** 08 - Assistência Social
  - **Subfunção:** 122 – Administração Geral



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

- **Programa:** 0004 - Gestão Municipal da Assistência Social
  - **Projeto/Atividade:** 2.180 – Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Secretaria e Conselhos
  - **Elemento Despesa:** 33903000000 - Material de Consumo
  - **Fonte de Recurso:** 1311000000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
  - **Ficha:** 000016
- 
- **Órgão:** 0080 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
  - **Unidade Orçamentária:** 008010 - Fundo Municipal de Assistência Social
  - **Função:** 08 - Assistência Social
  - **Subfunção:** 244 - Assistência Comunitária
  - **Programa:** 0004 - Gestão Municipal da Assistência Social
  - **Projeto/Atividade:** 2.038 - Bloco da Proteção Social Especial
  - **Elemento Despesa:** 33903000000 - Material de Consumo
  - **Fonte de Recurso:** 1311000000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
  - **Ficha:** 000058
- 
- **Órgão:** 0080 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
  - **Unidade Orçamentária:** 008010 - Fundo Municipal de Assistência Social
  - **Função:** 08 - Assistência Social
  - **Subfunção:** 244 - Assistência Comunitária
  - **Programa:** 0012 – GERAÇÃO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA
  - **Projeto/Atividade:** 2.037 – BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
  - **Elemento Despesa:** 33903000000 - Material de Consumo
  - **Fonte de Recurso:** 1311000000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
  - **Ficha:** 000109
- 
- **Órgão:** 0080 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
  - **Unidade Orçamentária:** 008010 - Fundo Municipal de Assistência Social
  - **Função:** 08 - Assistência Social
  - **Subfunção:** 244 - Assistência Comunitária
  - **Programa:** 0004 - Gestão Municipal da Assistência Social
  - **Projeto/Atividade:** 2.039 - Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único
  - **Elemento Despesa:** 33903000000 - Material de Consumo
  - **Fonte de Recurso:** 1311000000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
  - **Ficha:** 000065
- 
- **Órgão:** 0090 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
  - **Unidade Orçamentária:** 009010 - Fundo Municipal de Saúde
  - **Função:** 10 - Saúde
  - **Subfunção:** 122 - Administração Geral
  - **Programa:** 0136 - Apoio Administrativo - Fundo Municipal de Saúde
  - **Projeto/Atividade:** 2.142 - Manutenção e Desenvolvimento das Atividades do Fundo Municipal de Saúde
  - **Elemento Despesa:** 33903000000 - Material de Consumo
  - **Fonte de Recurso:** 2211000000000 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde
  - **Ficha:** 000008
- 
- **Órgão:** 0090 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE





## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

- **Unidade Orçamentária: 009010 - Fundo Municipal de Saúde**
- **Função: 10 - Saúde**
- **Subfunção: 301 - Atenção Básica**
- **Programa: 0135 - Apoio Administrativo - Atenção Básica à Saúde**
- **Projeto/Atividade: 2.144 - Manutenção e Desenvolvimento das Atividades de Atenção Básica a Saúde**
- **Elemento Despesa: 33903000000 - Material de Consumo**
- **Fonte de Recurso: 221400000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal**
- **Ficha: 000024**
  
- **Órgão: 0090 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
- **Unidade Orçamentária: 009010 - Fundo Municipal de Saúde**
- **Função: 10 - Saúde**
- **Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial**
- **Programa: 0158 - Teto Municipal de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar**
- **Projeto/Atividade: 1.110 - Manutenção e Desenvolvimento do MAC**
- **Elemento Despesa: 33903000000 - Material de Consumo**
- **Fonte de Recurso: 221400000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal**
- **Ficha: 000107**
  
- **Órgão: 0090 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
- **Unidade Orçamentária: 009010 - Fundo Municipal de Saúde**
- **Função: 10 - Saúde**
- **Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária**
- **Programa: 0154 - Vigilância Sanitária e Ambiental**
- **Projeto/Atividade: 2.140 - Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Vigilância Sanitária**
- **Elemento Despesa: 33903000000 - Material de Consumo**
- **Fonte de Recurso: 221400000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal**
- **Ficha: 000150**
  
- **Órgão: 0090 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
- **Unidade Orçamentária: 009010 - Fundo Municipal de Saúde**
- **Função: 10 - Saúde**
- **Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária**
- **Programa: 0156 - Vigilância Epidemiológica, Ambiental e Sanitária**
- **Projeto/Atividade: 2.141 - Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Vigilância Epidemiológica e Ambiental**
- **Elemento Despesa: 33903000000 - Material de Consumo**
- **Fonte de Recurso: 221400000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal**
- **Ficha: 000161**

#### 9. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

9.1. Observado o prazo legal de 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, os interessados poderão formular consultas por e-mail, informando o número da licitação: [licitacao@saomateus.es.gov.br](mailto:licitacao@saomateus.es.gov.br).

#### 10. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

10.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário do início da disputa.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

#### 11. REFERÊNCIA DE TEMPO

11.1. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

#### 12. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

12.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas Neste Edital e seus anexos.

12.1.1. Para fins legais, consideram-se Micro e Pequenas Empresas aptas à participação no presente certame aquelas que preenchem os requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não se enquadrem em nenhuma das situações descritas no Parágrafo 4º do referido Art. 3º.

12.2. Estarão impedidas de participar, direta ou indiretamente, de qualquer fase deste processo licitatório os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

12.2.1. estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta por qualquer órgão da Administração Pública motivada pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei no. 8.666/93;

12.2.2. sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;

12.2.3. estejam sob falência; e

12.2.4. se enquadram no disposto no art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações.

12.3. Não será permitida a participação na licitação de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

12.4. Não será permitida a participação na licitação de sociedades constituídas em forma de CONSÓRCIO.

#### 13. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME.

13.1. O certame será conduzido pela Pregoeira, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

13.1.1. acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

13.1.2. responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

13.1.3. abrir as propostas de preços (evidenciada em percentual de desconto);

13.1.4. analisar a aceitabilidade das propostas;

13.1.5. desclassificar propostas indicando os motivos;

13.1.6. conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

13.1.7. verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

13.1.8. declarar o vencedor;

13.1.9. receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

13.1.10. elaborar a ata da sessão;

13.1.11. encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

13.1.12. convocar o vencedor para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;

13.1.13. abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

#### 14. CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

14.1. Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor, no prazo mínimo de **24 (vinte e quatro) horas** antes da data de realização do pregão.

14.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.

14.3. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderá ser utilizada em qualquer pregão eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado.

14.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.

14.5. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

14.6. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei complementar nº 123 de 14.12.2006 e alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 de 07.08.2014, para que essa possa gozar dos benefícios previstos no Capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento acrescentar as expressões “Microempresa” ou “Empresa de Pequeno Porte” ou suas respectivas



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

abreviações, “ME” ou “EPP”, à sua firma ou denominação, conforme o caso.

**14.6.1.** Caso a proponente já esteja cadastrada no sistema e não constem os dados acima em sua firma ou denominação, deverá providenciar a alteração de seu cadastro no sistema. Para tanto deverá dirigir-se a agência do Banco do Brasil de sua cidade.

#### **15. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 15.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 15.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 15.3.** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema, devendo juntar aos documentos de habilitação o competente CERTIFICADO junto ao SICAF com as devidas informações do cadastramento, incluindo as validades das certidões negativas.
- 15.4.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 15.5.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 15.6.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 15.7.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 15.8.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

#### **16. DA PROPOSTA COMERCIAL**

- 16.1.** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 16.2.** Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 16.3.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que venha comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para que seja bloqueado seu acesso imediatamente.
- 16.4.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 16.4.1.** Valor (*PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O PREÇO MÉDIO DA TABELA ANP*);
  - 16.4.2.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, *o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, no que couber.*
- 16.5.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 16.6.** Nos valores (expressos em percentual de desconto) propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação do serviço.
- 16.7.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 16.8.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

**16.9.** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

**16.10. Poderão ser admitidos pela Pregoeira erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público da administração.**

#### **17. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**17.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**17.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**17.2.1.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**17.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**17.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**17.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**17.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**17.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**17.5.1.** O lance deverá ser ofertado pelo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O VALOR MÉDIO DA TABELA DA ANP.

**17.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**17.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de PERCENTUAL SUPERIOR ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**17.7.1.** *O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 03 (três) segundos.*

**17.8.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

**17.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**

**17.10.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**17.11.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**17.12.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**17.13.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**17.14.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao Banco do Brasil;

**17.14.1.** Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

**17.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**17.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**17.17.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**17.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

- 17.19.** O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 17.20.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 17.21.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006
- 17.22.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 17.23.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 17.24.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 17.25.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 17.26.** 13.26 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 17.27.** 13.27 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 17.27.1.** no país;
  - 17.27.2.** por empresas brasileiras;
  - 17.27.3.** por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 17.27.4.** por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 17.28.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 17.29.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 17.29.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 17.30.** O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 03 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 17.31.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

#### **17. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 17.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, sendo o valor máximo obtido pela média dos orçamentos constantes do mapa comparativo de preços.
- 17.2.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 17.3.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

- 17.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 17.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 17.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **03 (três) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
- 17.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 17.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, **a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas**, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;
- 17.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 17.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 17.11. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 17.12. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 17.13. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 17.14. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 17.15. **Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.**

### 18. DA HABILITAÇÃO

- 18.1. Previamente ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.
- 18.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 18.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 18.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 18.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.
- 18.6. **Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de inabilitação.**
- 18.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

- 18.8.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 18.9.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 18.10.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 18.11.** Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

#### **18.11.1. Habilitação jurídica:**

- a) Registro comercial, devidamente registrado na respectiva Junta Comercial, no caso de empresa individual, com objeto social enquadrado com o objeto deste edital;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

#### **18.11.2. Regularidade fiscal e trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da LICITANTE, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da LICITANTE, ou outra equivalente, na forma da lei, com validade na data de apresentação da documentação e proposta;
- d) Certidão de regularidade junto à fazenda pública Federal, (Quitação de tributos e contribuições Federais e Quanto à dívida ativa da União), sejam estas individualmente ou conjuntas, com a validade na data de realização desta licitação;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, expedida pela Caixa Econômica Federal, com validade na data de apresentação da documentação e proposta.
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, fornecida no site eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho – TST, em atendimento a Lei 12.440/2011 e a Resolução Administrativa do TST nº 1470/2011.

#### **18.11.3. Qualificação Econômico-Financeira:**

**18.11.3.1.** A empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos para efeito de Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, cuja emissão não seja superior a 30 (trinta) dias da data de apresentação da documentação e proposta.
- b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, inclusive com demonstrativos contábeis, e apresentados na forma da Lei que comprovem a boa situação financeira da empresa, registrado na Junta Comercial do Estado da sede da empresa licitante, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente assinado pela empresa licitante e ainda por contador habilitado, acompanhado da respectiva Certidão de Regularidade do contador, expedido pelo CRC onde o contador presta serviço, acompanhado de demonstrações dos seguintes elementos:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

#### 18.11.3.2. Prova de Idoneidade Financeira:

- a) Índice de Liquidez Geral - ILG igual ou superior a 1,00 (um)  $ILG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável à Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Exigível à Longo Prazo}$
- b) Índice de Liquidez Corrente - ILC igual ou superior a 1,00 (um)  $ILC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$
- c) Índice de Endividamento Geral – IEG igual ou inferior a 1,00 (um)  $IEG = \text{Passivo Circulante} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível à Longo Prazo} + \text{Ativo Total})$

#### 18.11.4. Qualificação Técnica:

- a) Declaração de inexistência de fato impeditivo para a habilitação, na forma do parágrafo 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/93, conforme modelo constante no Anexo V deste edital;
- b) Declaração em atendimento ao disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, conforme modelo constante do anexo VI deste edital;
- c) Atestado (s) de capacidade técnica, fornecido (s) por Pessoa (s) jurídica (s) de direito Público ou Privado, comprovando que a licitante presta ou prestou serviços compatíveis com o objeto desta licitação.

**18.12.** O licitante enquadrado **como microempreendedor individual** que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado: (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

**18.13.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

**18.14.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**18.15.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**18.16.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**18.17.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**18.18.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**18.19.** Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**18.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.**

## 19. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

**19.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 03 (três) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:**

**19.1.1.** ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**19.1.2.** conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**19.1.3.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

- 19.1.4.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 19.2.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 19.3.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 19.4.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 19.5.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 19.6.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

#### 20. DOS RECURSOS

- 20.1.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, **será concedido o prazo de trinta minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 20.2.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 20.3.** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 20.3.1.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 20.3.2.** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 20.4.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 20.5.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

#### 21. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 21.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:
- 21.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 21.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 21.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.**
- 21.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.**
- 21.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no sistema, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.**

#### 22. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 22.1.** Se o adjudicatário, no ato da assinatura do contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

#### **23. DO CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

- 23.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado o competente Contrato.
- 23.2.** O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 23.3.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 23.4.** O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses.
- 23.5.** Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 23.6.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

#### **24. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

- 24.1.** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

#### **25. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

- 25.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

#### **26. DO PAGAMENTO**

- 26.1.** As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

#### **27. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 27.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 27.2.** A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao@saomateus.es.gov.br](mailto:licitacao@saomateus.es.gov.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Jones dos Santos Neves, 70 - Centro - Setor de Protocolo Geral da PMSM.
- 27.3.** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 27.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 27.5.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 27.6.** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 27.8.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 27.8.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 27.9.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

#### **28. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 28.1.** Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, pelo não cumprimento dos compromissos acordados, atraso no cumprimento e/ou inexecução contratual de qualquer espécie, poderá ser aplicado, a critério da CONTRATANTE, as penalidades e sanções previstas na Lei federal nº 8.666/93, Lei nº. 10.520/2002, de acordo com o previsto no Edital.
- 28.2.** Segue abaixo as sanções previstas para efeito de descumprimento de contrato:
- a) A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a ATA ou o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, não



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

manter a proposta, fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e de contratar com a administração pública e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou nos Sistemas de Cadastramento de Fornecedores a que se refere o inciso XIV do artigo 4º da Lei nº 10.520/2002, sem prejuízo das multas e demais cominações Legais”.

**28.3.** Em notificação escrita e sem prejuízo da faculdade de rescindir este Contrato, o **CONTRATANTE** poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes multas moratórias:

- a) 0,03% (três centésimos por cento) do valor total estimado deste Contrato, por dia, pelo não cumprimento de exigência contratual ou solicitação da Fiscalização.
- b) 0,03% (três centésimos por cento) do valor total estimado deste Contrato, por dia, pelo atraso no início da prestação do serviço, estabelecido na Autorização de Serviço (AS) emitida pelo CONTRATANTE.
- c) 0,03% (três centésimos por cento) do valor total estimado deste Contrato, por dia e por ocorrência, pelo atraso na conclusão da prestação do serviço.
- d) 5% (cinco por cento) sobre o valor do Boletim de Medição (BM) do mês equivalente, no caso de ocorrer paralisação do serviço, por dia de paralisação.
- e) Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato pela recusa injustificada da assinatura da Ata, do Contrato e da Ordem de ServiçoS.

**28.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior, de conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**28.5.** O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 20% do equivalente ao valor total estimado deste Contrato.

**28.6.** O CONTRATANTE, sem prejuízo da faculdade de rescindir o presente Contrato, poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes multas compensatórias:

- a) 5% (cinco por cento) sobre o valor da fatura do mês equivalente, caso a contratada deixe de apresentar a Guia da Previdência Social (GPS) e/ou a Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) ou apresente-as desconforme.
- b) Entende-se desconforme a GPS e/ou a GFIP que não contenha a comprovação de recolhimento das contribuições previdenciárias e/ou de FGTS de todos os empregados da CONTRATADA em atuação na execução deste Contrato.
- c) 0,03% (três centésimos por cento) do valor total estimado deste Contrato, por dia de atraso no pagamento de seus empregados, após o prazo previsto na legislação em vigor.

**28.7.** O CONTRATANTE, sem prejuízo da faculdade de rescindir o presente Contrato, poderá aplicar à contratada as multas compensatórias, respondendo ainda a CONTRATADA por qualquer indenização suplementar no montante equivalente ao prejuízo excedente que causar, na forma do Parágrafo Único, do art. 416, do Código Civil.

**28.8.** Pelo descumprimento total do objeto contratual será aplicada, mediante notificação escrita à contratada, a multa compensatória no valor correspondente a 100% (cem por cento) do valor total reajustado.

**28.9.** As penalidades estabelecidas nesta Cláusula não excluem quaisquer outras previstas em lei ou neste Contrato, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar ao CONTRATANTE, em consequência do inadimplemento de qualquer condição ou Cláusula deste Contrato.

**28.10.** Quando a contratada for notificada da ocorrência de situação permissiva de aplicação de multa, lhe será garantido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para defesa.

**28.11.** As multas têm como base de cálculo o valor total deste Contrato, salvo especificação em contrário, serão sempre calculadas sobre o valor original do mesmo, independente de ter havido alteração durante a vigência.

**28.12.** Em caso de aplicação de multa compensatória, de seu montante deverão ser deduzidos todos os valores recebidos em razão da aplicação de multas moratórias.

## 26. DISPOSIÇÕES FINAIS

**26.1.** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

- 26.2. É facultado a Pregoeira, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 26.3. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 26.4. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 26.5. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.
- 26.6. Poderão obter maiores informações e esclarecimentos sobre este edital no horário de 08h00 as 18h00, no Setor de Licitações da PMSM, situado na Rua Alberto Sartório, nº 404 – Carapina - São Mateus - ES ou pelo e-mail: licitacao@saomateus.es.gov.br.
- 26.7. O licitante fica obrigado a atender a todas as exigências do gestor do contrato referentes ao cumprimento da legislação brasileira vigente.
- 26.8. O licitante adjudicado terá o prazo de até 05 (cinco) dias para assinatura do contrato a ser firmado, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.
- 26.9. Fazem parte deste edital os seguintes anexos: 25.12 – Fazem parte deste edital os seguintes anexos:
  - Anexo I – Termo de Referência;
  - Anexo II – Modelo de Proposta;
  - Anexo III – Declaração de superveniência;
  - Anexo IV – Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do Art. 7º da CF.
  - Anexo V – Dados do Representante;
  - Anexo VI – Minuta do Contrato.

São Mateus ES, 08 de junho de 2021.

---

**LUCIANA ANGELO MASSUCATTI**  
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos  
Decreto nº.11.951/2021.

---

**JOSE CARLOS COSME**  
Secretário Municipal de Agricultura, Aquicultura, Abastecimento e Pesca  
Decreto nº.11.946/2021

---

**CILMAR QUARTEZANI FARIA**  
Secretário Municipal de Defesa Social  
Decreto nº11.954/2021

---

**JOSÉ ADILSON VIEIRA DE JESUS**  
Secretário Municipal de Educação  
Portaria nº. 242/2018.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS**  
Estado do Espírito Santo

---

**JASON B. BARCELOS FILHO**  
Secretário Municipal de Esportes  
Portaria nº 220/2018.

---

**FRANCISCO PEREIRA PINTO**  
Secretário Municipal de Finanças  
Decreto nº 9.053/2017

---

**ANTONIO RICARDO CASSA LUZADA**  
Secretário Municipal de Meio Ambiente  
Decreto nº 10.869/2019

---

**ALBINO ENEZIO DO SANTOS**  
Secretário Municipal de Obras Infraestrutura e Transporte-  
Decreto nº.11.952/2021

---

**MARINALVA BROEDEL MACHADO DE ALMEIDA**  
Secretária Municipal de Assistência Social  
Decreto nº. 9.451/2017.

---

**HENRIQUE LUIS FOLLADOR**  
Secretário Municipal de Saúde  
Decreto nº. 10.220/2018.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2021**  
**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. DO OBJETO**

O presente termo de referência tem como objetivo a contratação de empresa para prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Combustíveis de Veículos, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado com utilização de cartão de pagamento magnético ou micro processado e disponibilização de Rede Credenciada de Postos de Combustível, compreendendo a distribuição de: gasolina comum, diesel comum e S10 para a frota de veículos automotores da Prefeitura Municipal de São Mateus/ES, nos termos da legislação vigente.

### **2. JUSTIFICATIVA:**

Considerando que, o aditivo nº 03 dos contratos nº **023/2019, 047/2019, 256/2019, 257/2019, 258/2019, 259/2019 e 260/2019** tem sua vigência acordada para **01/05/2021**, todavia lançando mão do princípio da eficiência, e primando pela adequação das necessidades eminentes desta Municipalidade, Considerando que, a necessidade de abastecimento e diária, visto que o Município não pode interromper os trabalhos realizados, tendo que atender satisfatoriamente aos serviços que contemplam, manutenção das estradas vicinais, apoio aos agricultores, patrulhamento, escavação de ruas, limpeza, aterros, nivelamentos e manutenção das vias públicas, honda patrimonial, atendimento as necessidades da Defesa Civil, abastecimento de água potável, abastecimento dos ônibus escolares em atendimento aos alunos matriculados na rede Municipal de ensino, auxílio as demandas dos CRAS (centro de referência e assistência social) e Conselho Tutelar, sendo todas atividades essenciais para esta municipalidade. A vista disso, a necessidade de abastecimento dos veículos da frota é diária, razão pela qual, justifica-se a contratação.

Considerando que, o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021 que culminaria com a realização da Licitação para contratação definitiva da empresa para prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis de veículos, por meio da implantação e operação de um sistema informatizado e integrado com utilização de cartão de pagamento magnético ou micro processado e disponibilização de rede credenciada de postos de combustível, compreendendo a distribuição de: gasolina comum, diesel comum e s10 para a frota de veículos automotores da prefeitura municipal de são mateus/es, foi REVOGADO Conforme publicação no DIO em anexo.

Considerando que, A REVOGAÇÃO do Pregão Eletrônico n.º 008/2021, forte no artigo 49 da Lei Federal n.º 8.666/93 Súmula 473 do STF e nos fundamentos expostos na decisão conjunta disponibilizado no site oficial da PMSM, firmado nos princípios da autotutela, da legalidade, do julgamento objetivo e da supremacia do interesse público, com posterior instauração de novo procedimento licitatório com as readequações necessárias.

Considerando que, a necessidade de atender as demandas dos diversos setores e programas, tais como: Central de Veículos (central de Ambulâncias e transportes), Unidades Básicas de saúde localizadas em diversos bairros e como também o transporte das equipes para as Unidades do interior do município, CTA, CAPS/CTT, Almoxarifado, Patrimônio/Manutenção, Gabinete, US/3, Pronto Atendimento, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica e Ambiental, Central Municipal de Regulação, Grupo Gerador da UPA e outros setores administrativos. Para tanto, no desenvolvimento das atribuições e bom andamento do expediente, haverá deslocamentos das diversas equipes e colaboradores, para efetivamente desempenharem seus misteres, sendo, portanto, imperiosa a realização da referida contratação supramencionada, para continuidade na prestação dos relevantes serviços públicos prestados por parte dessa Secretaria.

Considerando que a Central de Veículos atende diariamente um número considerável de atendimentos, viagens e remoção de pacientes, bem como nas campanhas (dengue, vacinação, captura de animais, etc), transporte de funcionários para reuniões, serviços na zona rural e urbana, transporte de pacientes para realização de hemodiálise em Linhares por determinação judicial, transporte de pacientes para exames e consultas na grande Vitória, Santa Tereza e outros municípios de acordo com a demanda gerada. Para tanto, no desenvolvimento de suas atribuições e bom andamento do expediente, deverá haver deslocamentos das diversas equipes e colaboradores, para efetivamente desempenharem seus misteres, sendo, portanto, imperiosa a realização da referida contratação supra sob pena de solução de continuidade na prestação dos relevantes serviços públicos prestados por parte dessa Secretaria.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

Na presente contratação a Administração transfere à empresa especializada, vencedora da licitação, o gerenciamento informatizado do fornecimento de combustíveis para abastecimento de sua frota, por meio de rede credenciada de postos de abastecimento localizados em âmbito municipal, estadual ou nacional.

Na prática, o agente público autorizado efetua o abastecimento de veículo em qualquer dos postos credenciados pela empresa gerenciadora, por meio da utilização de um cartão magnético, obrigando-se esta última a apresentar relatórios de gastos (consumo), preços praticados, identificação do usuário e dos postos de combustíveis fornecedores.

A contratação tradicional, ou seja, de um único posto de combustível, vencedor da licitação, obriga a Administração contratante a efetuar o abastecimento de seus veículos no âmbito exclusivo desse estabelecimento. O modelo de contratação de empresa gerenciadora possibilita que uma rede de postos credenciados em várias localidades atenda à demanda da Administração, onde a necessidade surgir, evitando-se o uso de suprimento de fundos, sujeito a excessos e impropriedades.

No campo da economicidade, a contratação de empresa de gerenciamento do fornecimento de combustíveis pode ter sua duração estendida para além do exercício financeiro, afastando, com isso, a necessidade de realizar-se licitação a cada exercício financeiro para a aquisição de combustíveis, segundo a regra do art. 57, caput, da Lei nº 8.666/93.

É que o contrato de gerenciamento, cuja natureza é a de prestação de serviços, reitera-se, permite que sua duração ultrapasse o exercício financeiro, podendo atingir o limite de 60 (sessenta) meses, desde que comprovada a vantagem econômica das possíveis prorrogações.

O Tribunal de Contas da União anotou, acerca da economicidade gerada na contratação de empresa gerenciadora de combustíveis, que:

[...] o documento elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (fls. 304/315, v. 1), versando sobre o uso do sistema de gerenciamento de frota do DPF no abastecimento de combustíveis - embora de objeto diverso ao que ora se analisa (manutenção) -, assinala um potencial de redução de gastos da ordem de R\$ 1,76 milhão por ano (grifo não consta do original), o que, ao sentir do [...], tornam otimistas as expectativas quanto à diminuição de custos pela implementação de tal sistema de gerenciamento para manutenção de veículos (Acórdão nº 2731/2009, Plenário).

### 3. DA FORMA DE CONTATAÇÃO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

3.1. A pretendida aquisição dar-se-á por meio de PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, preferencialmente, através de **PREGÃO ELETRÔNICO**, considerando tratar-se de serviços comuns, com proposta entre as licitantes interessadas, segundo as especificações e normas adotadas pela PMSM, atendendo a Lei de Licitações 10.520/2002 subsidiada pela Lei 8.666/93, consolidada.

3.2. Será vencedora a proposta com **MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, ADMITINDO-SE TAXA NEGATIVA OU IGUAL A ZERO** sobre a tabela ANP ao consumidor no município de São Mateus, divulgado pela Agência Nacional do Petróleo – ANP.

3.2.1. A taxa de Administração ofertada será fixo e irrevogável e terá validade durante toda vigência do contrato.

### 4. DAS ESPECIFICAÇÕES GERAIS DO OBJETO – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM FORNECIDOS PREVISÃO DE CONSUMO

4.1. Lote 01 –

ITEM	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (TA)
------	-----------	--



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

01	GERENCIAMENTO DE REDE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS DA FROTA DE VEÍCULOS DO GOVERNO DO ESTADO, ENVOLVENDO A IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA INFORMATIZADO, VIA INTERNET, COM A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES E OUTROS MATERIAIS FORNECIDOS PELA REDE DE POSTOS CREDENCIADOS ATRAVÉS DA TECNOLOGIA DE CARTÃO DE PAGAMENTO MAGNÉTICO OU MICRO PROCESSADO E DISPONIBILIZAÇÃO DA REDE DE POSTOS CREDENCIADOS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.	%
	<b>VALOR GLOBAL ESTIMADO (VGE)</b>	<b>R\$ 4.788.303,00</b>
	<b>VALOR TOTAL DA PROPOSTA TA +VGE</b>	R\$ _____
<b>Obs.:</b> Nos valores acima deverão estar compreendidos, além do lucro, encargos sociais, taxas e seguros, quaisquer despesas de responsabilidade do proponente que, direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto licitado, na forma e condições previstas no Edital e seus Anexos.		

\* menor taxa de administração, admitindo-se taxa negativa ou igual a zero, e em caso de taxa com percentual positivo admitindo-se o máximo de 1,50% por cento. Permitindo-se apenas a aplicação da taxa sobre o valor médio do Município de São Mateus, divulgado pela ANP.

- 4.2. Os serviços deverão ser prestados por empresas capazes de arcar integralmente com a execução do objeto da pretensa contratação, qual seja, Prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Combustíveis de Veículos, por meio da implantação e operação de sistema informatizado e integrado com utilização de cartão de pagamento magnético ou micro processado, vedada a subcontratação parcial do objeto, sob risco de prejudicar a execução, dada a especificidade dos serviços que devem ser realizados pela própria contratada, em sua totalidade, para o gerenciamento.
- 4.3. O consumo de Litros de combustível foi estimado conforme informado na Tabela acima, tendo em vista o consumo do contrato anterior. Os respectivos valores estão descritos no item 5. PREVISÃO DE CONSUMO.
- 4.4. O Sistema Tecnológico a ser fornecido e implantado deverá constituir-se em um aplicativo de gestão de combustíveis a um sistema de cartão de pagamento magnético ou micro processado, que emita relatórios gerenciais e permita a definição de parâmetros de controle para toda a frota, por veículo e perfil do usuário.
- 4.5. Conforme necessidade da CONTRATANTE, outros relatórios poderão ser solicitados ou aperfeiçoados os já disponibilizados;
- 4.6. A composição dos relatórios deverá ser submetida à apreciação da Administração para adequação às necessidades administrativas;
- 4.7. No sistema informatizado via web a **CONTRATADA** deverá disponibilizar, via Internet, sistema que permita o gerenciamento dos abastecimentos da frota, o qual só poderá ser acessado por servidores cadastrados e com senhas individualizadas.
- 4.8. O sistema (software) para captura de dados para o gerenciamento, controle e aquisição de combustíveis, deve permitir no mínimo:
  - 4.8.1. Dois níveis de acesso: gestor e usuário;
  - 4.8.2. Cadastramento dos veículos e motoristas;
  - 4.8.3. Emissão de relatórios on-line (data e horário do abastecimento; posto utilizado; quantidade de litros de combustível; quilometragem do veículo, consumo médio);
  - 4.8.4. Acesso aos dados dos veículos e abastecimento em tempo real;
  - 4.8.5. Alteração de dados, bloqueio e desbloqueio de cartões e senhas on-line, em tempo real.
- 4.9. Acesso aos abastecimentos:
  - 4.9.1. Os abastecimentos somente serão possíveis em postos previamente credenciados pela **CONTRATADA**, com uso de cartão do veículo e do motorista e suas respectivas senhas.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

- 4.9.2.** O **CONTRATANTE** não se responsabilizará pelo pagamento ao posto no caso de indisponibilidade do equipamento, defeito, ausência de sistema alternativo, sendo que, nestes casos, a indisponibilidade deverá ser comunicada ao motorista antes do abastecimento ser realizado.
- 4.9.3.** O equipamento do posto deverá emitir comprovante da transação efetuada, independentemente da solicitação do motorista, que contenha no mínimo as seguintes informações: nome e endereço do posto, identificação do veículo, identificação do motorista, hodômetro do veículo no momento do abastecimento, tipo de combustível adquirido, quantidade de litros, valor do abastecimento, data e hora da transação, saldo remanescente do limite do cartão;
- 4.9.4.** No caso de impossibilidade temporária de se efetuar a transação em meio eletrônico, a rede credenciada deverá aceitar transações e processos de contingência para garantir a continuidade dos serviços contratados. Este procedimento deve consistir na obtenção da autorização por parte da contratada ou fiscal do contrato da contratante, sendo todas as informações necessárias ao controle e gestão dos abastecimentos transcritos em formulário próprio;
- 4.9.5.** A contratada deverá adotar sistema de segurança de forma a impedir o abastecimento de outros veículos que não sejam autorizados pela Contratante, permitindo o controle sobre todos os abastecimentos;
- 4.9.6.** O Sistema deverá prever o fornecimento de 01 (um) cartão parametrizado e vinculado a APENAS um veículo específico da frota, não podendo o mesmo cartão possibilitar o abastecimento de outro veículo;
- 4.9.7.** O abastecimento não poderá ser efetuado sem a posse do cartão específico do veículo, mesmo que o condutor esteja de posse de cartão pertencente a outro veículo da frota da Contratante;
- 4.9.8.** A Contratada deverá fornecer pelo menos 01 (um) cartão coringa (não vinculado) para cada Unidade, para utilização em casos excepcionais (locações, trocas, perdas, etc.) e devidamente autorizados pela Administração, com seu custo incluso no valor do serviço de gerenciamento de frota;
- 4.9.9.** O abastecimento indevido de veículo não autorizado, cancelado ou bloqueado pelo gerenciamento, se constatado, será considerado falha no sistema, e as despesas efetivadas serão suportadas pela Contratada;
- 4.9.10.** Os combustíveis a serem oferecidos deverão atender às especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, conforme legislação em vigor. Os prejuízos causados aos veículos da frota, decorrentes do uso de combustível com suas características alteradas, ou seja, fora dos padrões exigidos pela legislação, deverão ser custeados pela Contratada;
- 4.9.11.** A Contratada deverá oferecer flexibilidade no sistema de abastecimento pretendido, para facilitar o acesso a rede de serviços dispersa pelo País, atendendo plenamente as peculiaridades da Secretaria de Assistência Social, que por vezes necessita realizar viagens em missões de âmbito nacional.
- 4.10. Rede de postos de abastecimento credenciada:**
- 4.10.1.** A **CONTRATADA** deverá dispor de no mínimo **03(três)** estabelecimentos credenciados no município de São Mateus/ES e mínimo **01(um)** estabelecimento nos demais municípios dos Estados do Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Esclarecemos que os postos de abastecimento nos Estados mencionados são necessários, considerando viagens técnicas do FMAS E Conselho Tutelar.
- 4.10.2.** A **CONTRATADA** será a única responsável pelo pagamento aos postos credenciados dos valores consumidos pelo **CONTRATANTE**, que não responderá solidária ou subsidiariamente por esse pagamento.
- 4.10.3.** Os postos credenciados deverão prestar serviços de abastecimento no mínimo de segunda-feira a sábado, das 7h00 às 20h00, devendo haver, ao menos, um posto com atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia e sete dias por semana num raio de 10 Km do Edifício-sede do **CONTRATANTE**, localizado na Rua Alberto Sartorio, nº.404, Carapina, São Mateus/ES
- 4.10.4.** Cada condutor deverá ter sua identificação validada por meio de senha durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos credenciados pela **CONTRATADA**, sendo de sua responsabilidade a solução técnica que identifique o condutor do veículo no ato do abastecimento e coíba, com agilidade e segurança, as eventuais utilizações não autorizadas.
- 4.10.5.** As eventuais alterações ou mudanças dos postos credenciados devem ser comunicadas imediatamente ao **CONTRATANTE**, via site eletrônico ou por intermédio do sistema instalado pela empresa **CONTRATADA**.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

4.10.6. O credenciamento de novos postos, conforme a necessidade do **CONTRATANTE** deverá ser efetivada pela **CONTRATADA** no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data da solicitação.

#### 4.11. Fornecimento de cartões:

4.11.1. A **CONTRATADA** fornecerá gratuitamente os cartões magnéticos ou cartões micro processados, sendo 01 (um) para cada veículo cadastrado, totalizando aproximadamente a quantidade de 120(cento e vinte), e informado pelo **CONTRATANTE**, inclusive para os casos de perda, roubo, furto, extravio ou incorporação de novos veículos automotores à frota do **CONTRATANTE**.

4.11.2. A **CONTRATADA** deverá fornecer os cartões no prazo máximo de 10(dez) dias.

4.11.3. O **CONTRATANTE** poderá solicitar, a qualquer tempo, o acréscimo do quantitativo de cartões, os quais deverão ser fornecidos pela **CONTRATADA** no prazo máximo de 10 (dez) dias, também gratuitamente.

#### 4.12. Tipo de cartão:

4.12.1. Cartão individual por veículo e uso de senha, com tecnologia que permita a gestão da frota e dos abastecimentos. Este cartão possibilitará o acesso do posto ao limite de crédito do veículo, e o seu uso identificará o veículo que foi abastecido nos relatórios. O cartão deverá trazer, no mínimo, o nome da **CONTRATADA**, n.º do cartão, placa do veículo.

#### 4.13. Sistema de abastecimento:

4.13.1. Após assinatura do contrato será fornecido planilha contendo a identificação dos veículos e usuários pertencentes à frota do **CONTRATANTE**.

4.13.2. O software de Gestão de Abastecimento, os Equipamentos Periféricos e os Cartões da **CONTRATADA** devem compreender, no mínimo:

Emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle das despesas, condutores, consumo e quilometragem específicos por veículo;

I. Parametrização dos cartões com os dados necessários para identificação das características dos veículos e equipamentos automotivos, contendo, no mínimo, as seguintes restrições:

- a) Por veículo: tipo de combustível, limite de crédito em R\$ por transação e em R\$/mês;
- b) Para o condutor: impedir transações sem senha e possibilitar a identificação de ocorrências por tentativas frustradas.
  - O bloqueio/desbloqueio/troca de senha de forma *online* e instantânea;
  - O cancelamento imediato para os casos de perda ou extravio de cartão;
  - A fixação de limite de preço unitário máximo por combustível para cada veículo, determinado pelo **CONTRATANTE**, o qual não poderá ser ultrapassado sem sua expressa autorização;
  - Identificação do usuário no momento do abastecimento através da senha pessoal;

#### 4.14. Limite de crédito dos cartões-combustível:

4.14.1. A cada cartão-combustível corresponderá um limite de crédito mensal, determinado pelo Agente Fiscalizador do **CONTRATANTE**. Esse limite determinará não somente o valor, mas também o tipo de combustível que poderá ser utilizado para abastecimento do veículo.

4.14.2. Deverá ser possível para o **CONTRATANTE** alterar esse limite sempre que julgar necessário, via web, por meio do uso de sistema informatizado. Deverá também ser possível adicionar valores extras ("cota extra") em tempo real, utilizando o sistema sempre que o **CONTRATANTE** julgar conveniente e necessário.

4.14.3. Esse limite deverá ser disponibilizado por mês automaticamente pela empresa **CONTRATADA** para cada cartão, de forma integral, porém sem acumular com os valores não utilizados no mês anterior. A **CONTRATADA** deverá observar rigorosamente esta data de disponibilização de crédito para que a continuidade do serviço não seja prejudicada.

## 5. PREVISÃO DE CONSUMO

5.1. Para assegurar o abastecimento da frota da Prefeitura Municipal de São Mateus visando suprir as necessidades de deslocamento dos servidores no exercício de suas atividades institucionais, estima-se anualmente:

TIPO DE COMBUSTÍVEL	PROJEÇÃO QUANTIDADE MÉDIA MENSAL	PROJEÇÃO QUANTIDADE MÉDIA PARA	Preço médio ANP março/2021	VALOR MENSAL ESTIMADO (R\$)	VALOR ESTIMADO 12 MESES (R\$)
---------------------	----------------------------------	--------------------------------	----------------------------	-----------------------------	-------------------------------



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

	(Litros)	12 MESES (Litros)	Município mais próximo (Linhares) (R\$)		
Gasolina Comum	24.333	292.000	5,699	R\$ 138.675,65	R\$ 1.664.108,00
Diesel - S 10	61.167	734.000	4,109	R\$ 251.335,20	R\$ 3.016.006,00
Diesel Comum	2.250	27.000	4,007	R\$ 9.015,75	R\$ 108.189,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 399.026,60</b>	<b>R\$ 4.788.303,00</b>

#### 6. DAS CONDIÇÕES BÁSICAS

- 6.1. O fornecimento do combustível deverá estar disponibilizado à **CONTRATANTE** no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço.
- 6.2. Quanto ao quantitativo estimado a ser contratado, só será pago o que efetivamente for consumido.

#### 7. DO PREÇO

- 7.1. Não será aceito cobrança de taxa de administração. Permitindo-se apenas a aplicação de desconto sobre o valor médio do Município de São Mateus, divulgado pela ANP.
- 7.2. **O preço unitário considerado para o fornecimento dos combustíveis será o preço médio mensal do Município de São Mateus divulgado pela ANP, na ausência da média do município de São Mateus deverá ser utilizado a média do Município mais próximo divulgado pela ANP.**
- 7.3. O preço unitário poderá sofrer variação, conforme divulgação de preço médio mensal do combustível (gasolina/diesel) no município de São Mateus, publicado pela Agência Nacional do Petróleo – ANP.
- 7.4. No preço contratado já se encontram computados todos os impostos, tarifas, fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto deste contrato, isentando a **CONTRATANTE** de quaisquer ônus por despesas decorrentes.
- 7.5. O critério utilizado para fins de contratação será **A MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, ADMITINDO-SE TAXA NEGATIVA OU IGUAL A ZERO, sobre o valor médio mensal divulgado pela ANP do Município de São Mateus** e será fixo e irrevogável durante todo o contrato.

#### 8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 8.1. Atestado (s) de capacidade técnica, fornecido (s) por Pessoa (s) jurídica (s) de direito Público ou Privado, comprovando que a licitante presta ou prestou serviços compatíveis com o objeto desta licitação em características, quantidades e prazo, que permitam o Ajuizamento da capacidade de atendimento.

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados;
- 9.2. Efetuar os pagamentos com pontualidade nas condições e preços pactuados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais e legais, podendo rejeitar no todo ou em parte os serviços executados e materiais fornecidos em desacordo;
- 9.3. Notificar por escrito, à **CONTRATADA**, na ocorrência de eventuais imperfeições e falhas no curso de execução dos serviços ou fornecimento dos combustíveis, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.4. Solicitar ao preposto sempre que necessário, a adoção de medidas efetivas de correção ou adequação do fornecimento e serviços prestados pela **CONTRATADA**;
- 9.5. Prestar a **CONTRATADA** as informações e esclarecimentos necessários à realização do objeto contratual;
- 9.6. Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços, dentro das normas contratuais e legais;
- 9.7. Fornecer a **CONTRATADA** todos os dados cadastrais dos veículos e condutores;
- 9.8. Comunicar a **CONTRATADA** qualquer acréscimo, substituição ou retirada de veículos da frota da PMSM no prazo máximo de 10 (dez) dias.

#### 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. São obrigações da **CONTRATADA**:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

- 10.2. Disponibilizar acesso ao Software de Gestão de Abastecimento;
- 10.3. Credenciar por escrito junto ao **CONTRATANTE** um representante com poderes para tomar quaisquer providências relativas à execução do objeto do presente Termo de Referência;
- 10.4. Cadastrar o nível de permissão (consulta/administração) do acesso ao Software de Gestão de Abastecimento para cada unidade conforme estabelecido pelo **CONTRATANTE**, podendo um ou mais usuários ter acesso completo ou parcial a toda frota, de acordo com suas respectivas responsabilidades;
- 10.5. Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, subordinados ou prepostos e ainda por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos e por todos os danos e/ou prejuízos que, a qualquer título, causar ao **CONTRATANTE**, bem como a terceiros, em virtude da execução do objeto do presente memorial descritivo, respondendo por si e por seus sucessores;
- 10.6. Ressarcir ao **CONTRATANTE** os danos e prejuízos que venham a ocorrer, no prazo estipulado na notificação administrativa à **CONTRATADA**, sob pena de multa;
- 10.7. Submeter os serviços prestados à aceitação pelo Agente Fiscalizador do Contrato, ao qual caberá direito de recusa caso se constate que estes não estejam de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência ou apresentem quaisquer outros vícios relativos às normas de consumo que lhes sejam aplicáveis;
- 10.8. Assumir, por sua única e exclusiva conta, risco e responsabilidade, o custo decorrente da prestação do serviço, bem como do material necessário à sua execução, inclusive transporte e entrega, assim como quaisquer taxas e emolumentos que recaiam sobre o objeto deste Termo de Referência;
- 10.9. Obrigar-se a executar o objeto do presente Termo de Referência nas condições, qualidade, quantidade e especificações aqui constantes, nos locais e prazos determinados pelo **CONTRATANTE**;
- 10.10. Providenciar a imediata correção de quaisquer deficiências apontadas pelo **CONTRATANTE** relativas à execução do objeto;
- 10.11. Responder a qualquer comunicação do **CONTRATANTE** por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento da comunicação, submetendo-se a **CONTRATADA** às sanções e penalidades cabíveis caso tal determinação não seja cumprida;
- 10.12. Retificar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da data de comunicação feita pelo **CONTRATANTE**, o serviço executado, naquilo que vier a ser recusado;
- 10.13. Obrigar-se, inobstante a emissão do Termo de Aceite, a garantir a perfeita execução do objeto deste edital, nos termos da legislação civil, penal e trabalhista vigentes, bem como das disposições constantes do presente memorial descritivo;
- 10.14. Quaisquer tolerâncias, concessões ou liberalidades do **CONTRATANTE** para com a **CONTRATADA**, quando não manifestadas por escrito, não constituirão precedentes invocáveis por esta e não terão o poder de alterar as obrigações pactuadas;
- 10.15. Entregar os cartões, nas quantidades iniciais para cada veículo, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a entrega da relação de veículos e usuários pelo **CONTRATANTE**;
- 10.16. Não alterar o prazo de início e a forma de execução do objeto, salvo se por expressa autorização do **CONTRATANTE**;
- 10.17. Não subcontratar parte ou o todo da execução do objeto;
- 10.18. Oferecer, sem ônus para o **CONTRATANTE**, treinamento quando necessário, a todos os gestores e usuários envolvidos na utilização do sistema informatizado, sendo que o cronograma de treinamento será previamente acordado entre a Contratante e a Contratada;
- 10.19. A **CONTRATADA** deverá oferecer novo treinamento sem ônus para a **CONTRATANTE**, sempre que ocorrer alteração no sistema e/ou houver necessidade durante a vigência do contrato, mediante solicitação expressa da **CONTRATANTE**;
- 10.20. Será considerado **USUÁRIO**, toda pessoa, a critério da **CONTRATANTE**, que utilizar o sistema de Gerenciamento de Frotas ao qual a **CONTRATADA** disponibilizará todo treinamento necessário para que possam utilizar corretamente o sistema, como também fornecera senhas de acesso ao sistema web de gerenciamento, em diferentes níveis, conforme o caso;
- 10.21. A **CONTRATADA** deverá efetuar o pagamento do combustível fornecido pelos postos que integram a rede credenciada, diretamente aos respectivos estabelecimentos, sendo certa que, a **CONTRATADA** é a única responsável por essa atividade e que a Prefeitura Municipal de São Mateus não responde, em hipótese alguma, por esse pagamento;
- 10.22. A **CONTRATADA** deverá prestar suporte técnico por meio de serviço de atendimento ao cliente, por telefone ou via internet através do Sistema de atendimento 24 (vinte e quatro) horas, todos os dias do ano, não sendo aceito sistema de atendimento eletrônico;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

**10.23.** A CONTRATADA ficará impedida de usar os dados em seu poder, bem como repassá-los a terceiros, por quaisquer meios, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE.

#### 11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**11.1.** As despesas para execução do objeto ora licitado correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias no Anexo II:

#### 12. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

**12.1.** A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, sendo que sua vigência e eficácia dar-se-á a partir da data do recebimento da Autorização de Serviços, prorrogável por igual período, respeitável o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

#### 13. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

**13.1.** A execução do contrato será acompanhada por servidor formalmente designado por cada secretaria, a quem caberá o acompanhamento periódicos dos relatórios de consumo dos abastecimentos realizados, a fiscalização do contrato, bem como os ajustes com vistas à melhoria e a certificação da nota fiscal correspondente aos serviços prestados e aos produtos fornecidos.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
TIPO	TITULAR	SUPLENTE
NOME COMPLETO	AMOS MARQUES MEDEIROS	MARCELA NEGRIS SCALDAFERRO
Nº. MATRÍCULA	57933	67181
TIPO DO VÍNCULO	EFETIVO	EFETIVO

SECRETARIA DE AGRICULTURA		
TIPO	TITULAR	SUPLENTE
NOME COMPLETO	MAURO VIEIRA ROCHA	PALOMA FRANCISCA PANCIERI DE ALMEIDA
Nº. MATRÍCULA	067403-01	070748-02
TIPO DO VÍNCULO	EFETIVO	COMISSIONADO

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL		
TIPO	TITULAR	SUPLENTE
NOME COMPLETO	CASSIA VENTORIM MOREIRA	JOSE ROBERTO DE ALMEIDA NEVES
Nº. MATRÍCULA	73.111	67.202
TIPO DO VÍNCULO	COMISSIONADO	EFETIVO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
TIPO	TITULAR	SUPLENTE
NOME COMPLETO	JESSE CORREIA DO NASCIMENTO	EMANUEL PINHEIRO
Nº. MATRÍCULA	07321801	57659
TIPO DO VÍNCULO	COMISSIONADO	EFETIVO

SECRETARIA DE ESPORTES		
TIPO	TITULAR	SUPLENTE
NOME COMPLETO	RAFAEL MENDES DOS SANTOS	JOÃO DANIEL ROCHA DE ARAUJO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS  
Estado do Espírito Santo

<b>Nº. MATRÍCULA</b>	073210	073237-01
<b>TIPO DO VÍNCULO</b>	COMISSIONADO	COMISSIONADO

<b>SECRETARIA DE FINANÇAS</b>		
<b>TIPO</b>	<b>TITULAR</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>NOME COMPLETO</b>	MAURO RIBEIRO DA SILVA	RENAN MOREIRA BRAGA
<b>Nº. MATRÍCULA</b>	51.460	51.265
<b>TIPO DO VÍNCULO</b>	EFETIVO	EFETIVO

<b>SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE</b>		
<b>TIPO</b>	<b>TITULAR</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>NOME COMPLETO</b>	ALESSANDRO COSME	JOÃO CARLOS FRANÇA
<b>Nº. MATRÍCULA</b>	62534	6896504
<b>TIPO DO VÍNCULO</b>	EFETIVO	EFETIVO

<b>SECRETARIA DE OBRAS</b>		
<b>TIPO</b>	<b>TITULAR</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>NOME COMPLETO</b>	CAROLINA PERES MOREIRA	JOAO ADIR OLIVEIRA SCARDINI
<b>Nº. MATRÍCULA</b>	61515-01	071115-02
<b>TIPO DO VÍNCULO</b>	EFETIVA	COMISSIONADO

<b>SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>		
<b>TIPO</b>	<b>TITULAR</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>NOME COMPLETO</b>	VIVIANE RAMOS PICOLI	TELMA SOUZA SILVA
<b>Nº. MATRÍCULA</b>	500453-01	400.690-2
<b>TIPO DO VÍNCULO</b>	DESIGNAÇÃO TEMPORARIA	COMISSIONADO

<b>SECRETARIA DE SAUDE</b>		
<b>TIPO</b>	<b>TITULAR</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>NOME COMPLETO</b>	CLAUDIANA SANTOS DA SILVA	CARLEA PINHA BRBOSA COSTA
<b>Nº. MATRÍCULA</b>	071081-03	
<b>TIPO DO VÍNCULO</b>	COMISSIONADA	EFETIVO

### 8.2. Forma detalhada como se dará a fiscalização

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993 e do artigo 6º do Decreto nº 2.271/1997.

A verificação da adequação da prestação dos serviços deverá ser realizada com base nos critérios previstos no contrato, TR e anexos.

O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste TR e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/1993.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666/1993.

#### 14. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após as medições, devidamente atestado em Boletim de Medição, por meio de depósito na conta corrente da contratada, através de Ordem Bancária, após a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal/Fatura de serviços discriminativo, em via única, devidamente atestado pela Secretaria requisitante, assim como pelo fiscal do contrato;
- b) Certidão Negativa de Débito – CND, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/2011.
- c) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal; e
- d) Certidão Conjunta perante a Secretaria da Receita Federal, e a Procuradoria da Fazenda Nacional, conforme IN/SRF nº 574/2005 e CND Estadual e Municipal na sede do Licitante;
- e) No caso de serviços, obras e/ou locações, Boletim de Medição atestado pela Secretaria requisitante juntamente com o fiscal do contrato.
- f) Relatório de Fiscalização.

14.2. A apresentação de Nota Fiscal/Fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no subitem anterior, implicará na sua devolução à Empresa contratada para regularização, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

14.3. A PMSM reterá, na fonte, sobre o pagamento efetuado os tributos e contribuições de que trata a Instrução Normativa SRF nº 539/2005.

14.4. Se a empresa contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à Nota Fiscal/Fatura documento que comprove esta opção, na forma do Anexo IV, da IN/SRF nº 480/2004, alterada pela IN/SRF nº 539/2005, situação em que incidirá a retenção no percentual estabelecido na Lei 123/06, devendo a CONTRATADA discriminar o percentual na nota fiscal.

14.5. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ em que:}$$

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

#### 15. DAS SANÇÕES/PENALIDADES

Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, pelo não cumprimento dos compromissos acordados, atraso no cumprimento e/ou inexecução contratual de qualquer espécie, poderá ser aplicado, a critério da CONTRANTE, as penalidades e sanções previstas na Lei federal nº 8.666/93, Lei nº. 10.520/2002, de acordo com o previsto no Edital.

Segue abaixo as sanções previstas para efeito de descumprimento de contrato:

A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a ATA ou o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta, fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e de contratar com a administração pública e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

5 (cinco) anos, ou nos Sistemas de Cadastramento de Fornecedores a que se refere o inciso XIV do artigo 4º da Lei nº 10.520/2002, sem prejuízo das multas e demais cominações Legais”.

Em notificação escrita e sem prejuízo da faculdade de rescindir este Contrato, o **CONTRATANTE** poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes multas moratórias:

0,03% (três centésimos por cento) do valor total estimado deste Contrato, por dia, pelo não cumprimento de exigência contratual ou solicitação da Fiscalização.

0,03% (três centésimos por cento) do valor total estimado deste Contrato, por dia, pelo atraso no início dos serviços, estabelecido na Autorização de Serviço (AS) emitida pelo **CONTRATANTE**.

0,03% (três centésimos por cento) do valor total estimado deste Contrato, por dia e por ocorrência, pelo atraso na conclusão dos serviços.

5% (cinco por cento) sobre o valor do Boletim de Medição (BM) do mês equivalente, no caso de ocorrer paralisação dos serviços, por dia de paralisação.

Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato pela recusa injustificada da assinatura da Ata, do Contrato e da Ordem de Serviços.

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior, de conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 20% do equivalente ao valor total estimado deste Contrato.

O **CONTRATANTE**, sem prejuízo da faculdade de rescindir o presente Contrato, poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes multas compensatórias:

5% (cinco por cento) sobre o valor da fatura do mês equivalente, caso a CONTRATADA deixe de apresentar a Guia da Previdência Social (GPS) e/ou a Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) ou apresente-as desconforme.

Entende-se desconforme a GPS e/ou a GFIP que não contenha a comprovação de recolhimento das contribuições previdenciárias e/ou de FGTS de todos os empregados da CONTRATADA em atuação na execução deste Contrato.

0,03% (três centésimos por cento) do valor total estimado deste Contrato, por dia de atraso no pagamento de seus empregados, após o prazo previsto na legislação em vigor.

O **CONTRATANTE**, sem prejuízo da faculdade de rescindir o presente Contrato, poderá aplicar à CONTRATADA as multas compensatórias, respondendo ainda a CONTRATADA por qualquer indenização suplementar no montante equivalente ao prejuízo excedente que causar, na forma do Parágrafo Único, do art. 416, do Código Civil.

Pelo descumprimento total do objeto contratual será aplicada, mediante notificação escrita à CONTRATADA, a multa compensatória no valor correspondente a 100% (cem por cento) do valor total reajustado.

As penalidades estabelecidas nesta Cláusula não excluem quaisquer outras previstas em lei ou neste Contrato, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar ao **CONTRATANTE**, em consequência do inadimplemento de qualquer condição ou Cláusula deste Contrato.

Quando a CONTRATADA for notificada da ocorrência de situação permissiva de aplicação de multa, lhe será garantido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para defesa.

As multas têm como base de cálculo o valor total deste Contrato, salvo especificação em contrário, serão sempre calculadas sobre o valor original do mesmo, independente de ter havido alteração durante a vigência.

Em caso de aplicação de multa compensatória, de seu montante deverão ser deduzidos todos os valores recebidos em razão da aplicação de multas moratórias.

#### **16. DA QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA:**

A empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos para efeito de Qualificação Econômico-Financeira: Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, cuja emissão não seja superior a 30 (trinta) dias da data de apresentação da documentação e proposta.

Balanco Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, inclusive com demonstrativos contábeis, e apresentados na forma da Lei que comprovem a boa situação financeira da empresa, registrado na Junta Comercial do Estado da sede da empresa licitante, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente assinado pela empresa licitante e ainda por contador habilitado, acompanhado da respectiva Certidão de Regularidade do contador, expedido pelo CRC onde o contador presta serviço, acompanhado de demonstrações dos seguintes elementos:

Prova de Idoneidade Financeira:





## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

- a) Índice de Liquidez Geral - ILG igual ou superior a 1,00 (um)  $ILG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável à Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Exigível à Longo Prazo}$
- b) Índice de Liquidez Corrente - ILC igual ou superior a 1,00 (um)  $ILC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$
- c) Índice de Endividamento Geral – IEG igual ou inferior a 1,00 (um)  $IEG = \text{Passivo Circulante} + \text{Exigível à Longo Prazo} / \text{Ativo Total}$

#### **17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**17.1.** O valor estimado apresentado para esta contratação não constitui em qualquer compromisso de realização de consumo para o CONTRATANTE de forma que venha exauri-lo durante o contrato. O valor a ser pago na execução contratual corresponderá ao dos produtos efetivamente consumidos pelo CONTRATANTE, em regime de fornecimento por demanda.

**17.2.** No preço ofertado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta contratação, inclusive os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal do fornecedor, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA dos serviços prestados

#### **18. DA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERENCIA**

Aprovo o referido Termo de Referência e encaminho o mesmo para que a CPL possa dar prosseguimento aos trabalhos visando a contratação de empresa para a realização dos serviços aqui propostos.

São Mateus/ES, 16 de abril de 2021.

#### **ELABORADO POR:**

**MARCELA NEGRIS SCALDAFERRO**  
Coordenadora do Almoxarifado Central  
Portaria nº. 027/2017.

#### **APROVADO POR:**

**LUCIANA ANGELO MASSUCATTI**  
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos  
Decreto nº.11.951/2021.

**JOSE CARLOS COSME**  
Secretário Municipal de Agricultura, Aquicultura, Abastecimento e Pesca  
Decreto nº.11.946/2021

**CILMAR QUARTEZANI FARIA**  
Secretário Municipal de Defesa Social  
Decreto nº11.954/2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS  
Estado do Espírito Santo

---

**JOSÉ ADILSON VIEIRA DE JESUS**

Secretário Municipal de Educação  
Portaria nº. 242/2018.

---

**JASON B. BARCELOS FILHO**

Secretário Municipal de Esportes  
Portaria nº 220/2018.

---

**FRANCISCO PEREIRA PINTO**

Secretário Municipal de Finanças  
Decreto nº 9.053/2017

---

**ANTONIO RICARDO CASSA LUZADA**

Secretário Municipal de Meio Ambiente  
Decreto nº 10.869/2019

---

**ALBINO ENEZIO DO SANTOS**

Secretário Municipal de Obras Infraestrutura e Transporte-  
Decreto nº.11.952/2021

---

**MARINALVA BROEDEL MACHADO DE ALMEIDA**

Secretária Municipal de Assistência Social  
Decreto nº. 9.451/2017.

---

**HENRIQUE LUIS FOLLADOR**

Secretário Municipal de Saúde  
Decreto nº. 10.220/2018.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS  
Estado do Espírito Santo  
**ANEXO I**

**QUANTITATIVO E DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA POR SECRETARIA**

<b>SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</b>			
Descrição	Quant. Anual estimada	Preço médio ANP (março/2021) Município mais próximo (Linhares) (R\$)	Valor Anual Estimado
GASOLINA	6.000	5,699	R\$ 34.194,00
DIESEL S10	2.000	4,109	R\$ 8.218,00
<b>TOTAL ESTIMADO</b>			<b>R\$ 42.412,00</b>
<b>R\$ 42.412,00 (QUARENTA E DOIS MIL QUATROCENTOS E DOZE REAIS)</b>			
<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:</b>			
<b>0050 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO</b>			
2.001 - Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Secretaria			
33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO			
100100000 - Recursos Próprios			
FICHA- 07			

**LUCIANA ANGELO MASSUCATTI**

Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos  
Decreto nº.11.951/2021.

<b>ESTIMATIVA DE CONSUMO - SECRETARIA DE AGRICULTURA</b>			
Descrição	Quant. Anual estimada	Preço médio ANP (março/2021) Município mais próximo (Linhares) (R\$)	Valor Anual Estimado
GASOLINA	28.000	5,699	R\$ 159.572,00
DIESEL S10	307.000	4,109	R\$ 1.261.463,00
<b>TOTAL ESTIMADO</b>			<b>R\$ 1.421.035,00</b>
<b>R\$ 1.421.035,00 (Um milhão quatrocentos e vinte um mil e trinta e cinco reais)</b>			
<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:</b>			
<b>0140 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, AQUICULTURA, ABASTEC. E PESCA</b>			
2.049 - Manutenção de Serviços e Estradas Vicinais			
33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO			
15300000 – ROYALTIES DO PETRÓLEO			
FICHA - 43			

**JOSE CARLOS COSME**

Secretário Municipal de Agricultura, Aquicultura, Abastecimento e Pesca  
Decreto nº.11.946/2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS  
Estado do Espírito Santo

**ESTIMATIVA DE CONSUMO - SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL**

Descrição	Quant. Anual estimada	Preço médio ANP março/2021 Município mais próximo (Linhares) (R\$)	Valor Anual Estimado
GASOLINA	18.000	5,699	R\$ 102.582,00
DIESEL S10	48.000	4,109	R\$ 197.232,00
<b>TOTAL ESTIMADO</b>			<b>R\$ 299.814,00</b>

**R\$299.814,00 (Duzentos e noventa e nove mil oitocentos e quatorze reais)**

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**0170 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL**

2.001 - Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Secretaria

33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO

10010000 – RECURSOS ORDINARIOS

FICHA - 09

**CILMAR QUARTEZANI FARIA**

Secretário Municipal de Defesa Social

Decreto nº11.954/2021.

**ESTIMATIVA DE CONSUMO - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Descrição	Quant. Anual estimada	Preço médio ANP (março/2021) Município mais próximo (Linhares) (R\$)	Valor Anual Estimado
GASOLINA	30.000	5,699	R\$ 170.970,00
DIESEL S10	55.000	4,109	R\$ 225.995,00
DIESEL COMUM	15.000	4,007	R\$ 60.105,00
<b>TOTAL ESTIMADO</b>			<b>R\$ 457.070,00</b>

**R\$ 457.070,00 (Quatrocentos e cinquenta e sete mil e setenta reais)**

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**0100-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

2.001 - Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Secretaria

33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO

FICHA – 09

QUANTIDADE: GASOLINA: 5.000 LITROS

DIESEL S-10: 5.000 LITROS

0100900005.1236104552.086- Manutenção do Programa de transporte Escolar e Aquisição de Veículo.

33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO

FICHA- 128

QUANTIDADE: GASOLINA: 20.000 LITROS

DIESEL S-10: 30.000 LITROS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS  
Estado do Espírito Santo

**DIESEL COMUM: 10.000 LITROS**

100900005.1236104552.170- Manutenção das Atividades do transporte Escolar com Recursos da União do Estado.  
33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO

**FICHA- 132**

**QUANTIDADE: GASOLINA: 5.000 LITROS**  
**DIESEL S-10: 20.000 LITROS**  
**DIESEL COMUM: 5.000 LITROS**

**JOSÉ ADILSON VIEIRA DE JESUS**

Secretário Municipal de Educação  
Portaria nº. 242/2018.

**ESTIMATIVA DE CONSUMO- SECRETARIA DE ESPORTES**

Descrição	Quant. Anual estimada	Preço médio ANP (março/2021) Município mais próximo (Linhares) (R\$)	Valor Anual Estimado
<b>GASOLINA</b>	5.000	5,699	R\$ 28.495,00
<b>DIESEL S10</b>	1.000	4,109	R\$ 4.109,00
<b>TOTAL ESTIMADO</b>			<b>R\$ 32.604,00</b>
<b>R4 32.604,00 (trinta e dois mil seiscentos e quatro reais)</b>			

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**0120 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE**

2.001 - Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Secretaria

33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO

10010000 – RECURSOS ORDINARIOS

FICHA - 08

**JASON B. BARCELOS FILHO**

Secretário Municipal de Esportes  
Portaria nº 220/2018.

**ESTIMATIVA DE CONSUMO- SECRETARIA DE FINANÇAS**

Descrição	Quant. Anual estimada	Preço médio ANP (março/2021) Município mais próximo (Linhares) (R\$)	Valor Anual Estimado
<b>GASOLINA</b>	6.000	5,699	R\$ 34.194,00
<b>DIESEL S10</b>	1.000	4,109	R\$ 4.109,00
			<b>R\$ 38.303,00</b>
<b>R\$ 38.303,00 (trinta e oito mil trezentos e três reais)</b>			

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**0060 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**

2.001 - Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Secretaria

33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO

10010000 – RECURSOS ORDINARIOS

FICHA 08



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS  
Estado do Espírito Santo

**FRANCISCO PEREIRA PINTO**  
Secretário Municipal de Finanças  
Decreto nº 9.053/2017.

<b>ESTIMATIVA DE CONSUMO- SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE</b>			
Descrição	Quant. Anual estimada	Preço médio ANP (março/2021) Município mais próximo (Linhares) (R\$)	Valor Anual Estimado
GASOLINA	7.000	5,699	R\$ 39.893,00
DIESEL S10	8.000	4,109	R\$ 32.872,00
<b>TOTAL ESTIMADO</b>			<b>R\$ 72.765,00</b>
<b>R\$ 72.765,00 (setenta e dois mil setecentos e sessenta e cinco reais)</b>			
<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:</b> <b>0130 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE</b> Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Secretaria 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO 10010000 - RECURSOS ORDINARIOS <b>FICHA 09</b>			2.001 -

**ANTONIO RICARDO CASSA LUZADA**  
Secretário Municipal de Meio Ambiente  
Decreto nº 10.869/2019.

<b>ESTIMATIVA DE CONSUMO - SECRETARIA DE OBRAS</b>			
Descrição	Quant. Anual estimada	Preço médio ANP (março/2021) Município mais próximo (Linhares) (R\$)	Valor Anual Estimado
GASOLINA	24.000	5,699	R\$ 136.776,00
DIESEL S10	120.000	4,109	R\$ 493.080,00
<b>TOTAL ESTIMADO</b>			<b>R\$ 629.856,00</b>
<b>R\$629.856,00 (seiscentos e vinte e nove mil oitocentos e cinquenta e seis reais)</b>			
<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:</b> <b>0070-SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRURA E TRANSPORTES.</b> 1.006-Abertura, Reabertura, Pavimentação e ou Melhoramento de Vias Públicas. 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO 15300000 - ROYALTIES DO PETRÓLEO <b>FICHA 18</b>			

**ALBINO ENEZIO DO SANTOS**  
Secretário Municipal de Obras Infraestrutura e Transporte-  
Decreto nº.11.952/2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS  
Estado do Espírito Santo

<b>ESTIMATIVA DE CONSUMO – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>			
<b>Descrição</b>	<b>Quant. Anual estimada</b>	<b>Preço médio ANP (março/2021) Município mais próximo (Linhares) (R\$)</b>	<b>Valor Anual Estimado</b>
<b>GASOLINA</b>	48.000	5,699	R\$ 273.552,00
<b>DIESEL S10</b>	12.000	4,109	R\$ 49.308,00
<b>TOTAL ESTIMADO</b>			<b>R\$ 322.860,00</b>
<b>R\$ 322.860,00 (trezentos e vinte e dois mil oitocentos e sessenta reais)</b>			

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**0080 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

008010 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.180 – Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Secretaria e Conselhos.

33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de Recurso: 1001 - Recursos Ordinários

**QUANTIDADE: GASOLINA: 15.000 LITROS**

**DIESEL S-10 -2.000 LITROS**

**2.038 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL**

33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de Recurso: 1311 – Recurso Federal

**QUANTIDADE: GASOLINA: 4.000 LITROS**

**DIESEL S-10 -1.000 LITROS**

**2.038 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL**

33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de Recurso: 1001 – Recursos Próprio

**QUANTIDADE: GASOLINA: 4.000 LITROS**

**DIESEL S-10 -1.000 LITROS**

**2.037 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de Recurso: 1311 – Recurso Federal

**QUANTIDADE: GASOLINA: 7.000 LITROS**

**DIESEL S-10 -3.000 LITROS**

**2.037 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de Recurso: 1001 – Recursos Próprio

**QUANTIDADE: GASOLINA: 3.000 LITROS**

**DIESEL S-10 - 1.000 LITROS**

**2.039 – BLOCO DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA E DO CADASTRO UNICO**

33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de Recurso: 1311 – Recurso Federal

**QUANTIDADE: GASOLINA: 10.000 LITROS**

**DIESEL S-10 - 3.000 LITROS**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS  
Estado do Espírito Santo

**2.039 – BLOCO DA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA E DO CADASTRO UNICO**

33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de Recurso: 1001 – Recursos Próprio

**QUANTIDADE: GASOLINA: 5.000 LITROS**

**DIESEL S-10 - 1.000 LITROS**

**(Conforme Ofício nº.404/2021 em anexo)**

**MARINALVA BROEDEL MACHADO DE ALMEIDA**

Secretária Municipal de Assistência Social

Decreto nº. 9.451/2017.

**ESTIMATIVA DE CONSUMO- FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

Descrição	Quant. Anual estimada	Preço médio ANP (março/2021) Município mais próximo (Linhares) (R\$)	Valor Anual Estimado
<b>GASOLINA</b>	120.000	5,699	R\$ 683.880,00
<b>DIESEL S10</b>	180.000	4,109	R\$ 739.620,00
<b>DIESEL COMUM</b>	12.000	4,007	R\$ 48.084,00
<b>TOTAL ESTIMADO</b>			<b>R\$ 1.471.584,00</b>

**R\$ 1.471.584,00 (Um milhão quatrocentos e setenta e um mil quinhentos e oitenta e quatro reais)**

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**0090-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.**

2.142 - Manutenção e Desenvolvimento das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO

12110000000- RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS- SAÚDE

FICHA 08

**QUANTIDADE: GASOLINA: 15.000 LITROS**

**2.144 - Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Atenção Básica a Saúde**

33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO

1214000 - RECURSOS DO SUS

FICHA 24

**QUANTIDADE: GASOLINA: 70.000 LITROS**

**1110 - Manutenção e Desenvolvimento do MAC-Teto Municipal de Alta e Média Complexidade Amb. e Hospitalar.**

33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO

1214000 - RECURSOS DO SUS

FICHA 107

**QUANTIDADE: GASOLINA: 5.000 LITROS**

**DIESEL S-10: 140.000 LITRO**

**2.140 - Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Vigilância Sanitária**

33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO

1214000 - RECURSOS DO SUS

FICHA 150

**QUANTIDADE: GASOLINA: 10.000 LITROS**

**2.141 - Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Vigilância Epidemiológica e Ambiental**





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS  
Estado do Espírito Santo

33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO  
1214000 - RECURSOS DO SUS  
FICHA 161

**QUANTIDADE:** GASOLINA: 20.000 LITROS  
DIESEL S-10: 40.000 LITRO  
DIESEL COMUM: 12.000 LITROS

**HENRIQUE LUIS FOLLADOR**  
Secretário Municipal de Saúde  
Decreto nº. 10.220/2018



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2021  
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

Empresa: \_\_\_\_\_ (Nome da Empresa) \_\_\_\_\_

AO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS - ES

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS DE VEÍCULOS, POR MEIO DA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO COM UTILIZAÇÃO DE CARTÃO DE PAGAMENTO MAGNÉTICO OU MICRO PROCESSADO E DISPONIBILIZAÇÃO DE REDE CREDENCIADA DE POSTOS DE COMBUSTÍVEL, COMPREENDENDO A DISTRIBUIÇÃO DE: GASOLINA COMUM, DIESEL COMUM E S10 PARA A FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS/ES.**

Prezados Senhores:

Pela presente formulamos Proposta Comercial para fornecimento dos materiais descritos abaixo, com entrega única, de acordo com todas as condições do PREGÃO ELETRÔNICO nº 033/2021 e seus anexos.

ITEM	UNID	TIPO DE COMBUSTÍVEL	PROJEÇÃO QUANTIDADE MÉDIA MENSAL (Litros)	PROJEÇÃO QUANTIDADE MEDIA PARA 12 MESES (Litros)	PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE PREÇO MEDIO DA TABELA ANP
01	Litros	Gasolina Comum	24.333	292.000	
02	Litros	Diesel - S 10	61.167	734.000	
03	Litros	Diesel Comum	2.250	27.000	
<b>TOTAL</b>					

**PERCENTUAL POR EXTENSO: XXXXXX.**

Prazo de Validade: 90 (noventa) dias.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Identificação e assinatura do representante legal/carimbo

**Obs.: Nos preços unitários, será permitido no máximo 02 (duas) casas decimais.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS  
Estado do Espírito Santo  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2021**  
**ANEXO III - MODELO**

**LOCAL E DATA**

Ao:

MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS - ES

**DECLARAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_ (Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_ (Endereço Completo) \_\_\_\_\_, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, declara sob as penalidades cabíveis a inexistência de fato superveniente impeditivo a sua participação no Pregão Eletrônico Nº 033/2021.

---

(nome e identificação do representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS  
Estado do Espírito Santo

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2021**  
**ANEXO IV – MODELO**

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO**  
**AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ) .

.....

(data)

.....

Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS  
Estado do Espírito Santo

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2021**

**ANEXO V**

**DADOS COMPLEMENTARES DO REPRESENTANTE, CREDENCIADO, PARA ASSINAR O CONTRATO**

NOME: \_\_\_\_\_

Nº C.I.: \_\_\_\_\_ ÓRGÃO EMISSOR: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Nº CPF: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ NACIONALIDADE: \_\_\_\_\_

PROFISSÃO: \_\_\_\_\_ ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA – TELEFONE e E-MAIL: \_\_\_\_\_

[cidade], \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Carimbo

**Observação:**

**Caso o representante seja procurador legal da empresa, anexar a procuração juntamente com a documentação.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS  
Estado do Espírito Santo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2021

**ANEXO VI**  
**MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS, POR  
INTERMÉDIO DO \_\_\_\_\_ E A  
EMPRESA \_\_\_\_\_.

O MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS – ES por intermédio do ....., pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. ...., com sede na Rua Alberto Sartório, 404, Carapina, São Mateus - ES, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário Municipal de ....., Sr. ...., nomeado pelo Decreto nº ....., e a Empresa ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. ...., estabelecida na ....., doravante denominada CONTRATADA, representada pelo (a) Sr. (a) ....., nacionalidade, estado civil, profissão, portador do CPF nº. .... e CI nº. ...., residente na ....., tendo em vista o Pregão Eletrônico nº. 033/2021, e o Processo Administrativo nº. xxxx/2020, nos termos das Leis nº. 10.520/2002 e nº 8.666/1993, resolvem assinar o presente contrato que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**1. DO OBJETO**

1.1 Este Contrato tem por objetivo a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS DE VEÍCULOS, POR MEIO DA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO COM UTILIZAÇÃO DE CARTÃO DE PAGAMENTO MAGNÉTICO OU MICRO PROCESSADO E DISPONIBILIZAÇÃO DE REDE CREDENCIADA DE POSTOS DE COMBUSTÍVEL, COMPREENDENDO A DISTRIBUIÇÃO DE: GASOLINA COMUM, DIESEL COMUM E S10 PARA A FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS/ES**, de acordo com as especificações constantes do *Anexo I – Termo de Referência e do Pregão Eletrônico nº 033/2021*, partes integrantes deste contrato para todos os efeitos, independente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO**

2.1. O pagamento da importância relativa à execução dos serviços correrá por conta de Dotações Orçamentárias própria, já consignadas no vigente orçamento, assim discriminado:

**xxxx**

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

3.1. O presente contrato tem por valor total estimado a quantia de **R\$ xxxxxx**, conforme planilha de preços unitários (anexo I do contrato).

3.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após as medições, devidamente atestado em Boletim de Medição, por meio de depósito na conta corrente da contratada, através de Ordem Bancária, após a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal/Fatura de serviços discriminativo, em via única, devidamente atestado pela Secretaria requisitante, assim como pelo fiscal do contrato;
- b) Certidão Negativa de Débito – CND, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/2011.
- c) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal; e
- d) Certidão Conjunta perante a Secretaria da Receita Federal, e a Procuradoria da Fazenda Nacional, conforme IN/SRF nº 574/2005 e CND Estadual e Municipal na sede do Licitante;
- e) No caso de serviços, obras e/ou locações, Boletim de Medição atestado pela Secretaria requisitante juntamente com o fiscal do contrato.
- f) Relatório de Fiscalização.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

3.3 A apresentação de Nota Fiscal/Fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no subitem anterior, implicará na sua devolução à Empresa contratada para regularização, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

3.4 A PMSM reterá, na fonte, sobre o pagamento efetuado os tributos e contribuições de que trata a Instrução Normativa SRF nº 539/2005.

3.5 Se a empresa contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à Nota Fiscal/Fatura documento que comprove esta opção, na forma do Anexo IV, da IN/SRF nº 480/2004, alterada pela IN/SRF nº 539/2005, situação em que incidirá a retenção no percentual estabelecido na Lei 123/06, devendo a CONTRATADA discriminar o percentual na nota fiscal.

3.6 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

EM =  $I \times N \times VP$ , em que:

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL E REAJUSTE

4.1 A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, sendo que sua vigência e eficácia dar-se-á a partir da data do recebimento da Autorização de Serviços, prorrogável por igual período, respeitável o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do Art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS ESPECIFICAÇÕES GERAIS DO OBJETO – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM FORNECIDOS PREVISÃO DE CONSUMO

ITEM	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (TA)
01	GERENCIAMENTO DE REDE POSTOS DE COMBUSTÍVEIS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS DA FROTA DE VEÍCULOS DO GOVERNO DO ESTADO, ENVOLVENDO A IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DE FROTA INFORMATIZADO, VIA INTERNET, COM A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES E OUTROS MATERIAIS FORNECIDOS PELA REDE DE POSTOS CREDENCIADOS ATRAVÉS DA TECNOLOGIA DE CARTÃO DE PAGAMENTO MAGNÉTICO OU MICRO PROCESSADO E DISPONIBILIZAÇÃO DA REDE DE POSTOS CREDENCIADOS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.	%



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS**  
**Estado do Espírito Santo**

	<b>VALOR GLOBAL ESTIMADO (VGE)</b>	<b>R\$ 4.788.303,00</b>
	<b>VALOR TOTAL DA PROPOSTA TA +VGE</b>	<b>R\$ _____</b>
<b>Obs.:</b> Nos valores acima deverão estar compreendidos, além do lucro, encargos sociais, taxas e seguros, quaisquer despesas de responsabilidade do proponente que, direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto licitado, na forma e condições previstas no Edital e seus Anexos.		

**\* menor taxa de administração, admitindo-se taxa negativa ou igual a zero, e em caso de taxa com percentual positivo admitindo-se o máximo de 1,50% por cento. Permitindo-se apenas a aplicação da taxa sobre o valor médio do Município de São Mateus, divulgado pela ANP.**

- 5.1. Os serviços deverão ser prestados por empresas capazes de arcar integralmente com a execução do objeto da pretensa contratação, qual seja, Prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento de Combustíveis de Veículos, por meio da implantação e operação de sistema informatizado e integrado com utilização de cartão de pagamento magnético ou micro processado, vedada a subcontratação parcial do objeto, sob risco de prejudicar a execução, dada a especificidade dos serviços que devem ser realizados pela própria contratada, em sua totalidade, para o gerenciamento.
- 5.2. O consumo de Litros de combustível foi estimado conforme informado na Tabela acima, tendo em vista o consumo do contrato anterior. Os respectivos valores estão descritos no item 5. PREVISÃO DE CONSUMO.
- 5.3. O Sistema Tecnológico a ser fornecido e implantado deverá constituir-se em um aplicativo de gestão de combustíveis a um sistema de cartão de pagamento magnético ou micro processado, que emita relatórios gerenciais e permita a definição de parâmetros de controle para toda a frota, por veículo e perfil do usuário.
- 5.4. Conforme necessidade da CONTRATANTE, outros relatórios poderão ser solicitados ou aperfeiçoados os já disponibilizados;
- 5.5. A composição dos relatórios deverá ser submetida à apreciação da Administração para adequação às necessidades administrativas;
- 5.6. No sistema informatizado via web a CONTRATADA deverá disponibilizar, via Internet, sistema que permita o gerenciamento dos abastecimentos da frota, o qual só poderá ser acessado por servidores cadastrados e com senhas individualizadas.
- 5.7. **O sistema (software) para captura de dados para o gerenciamento, controle e aquisição de combustíveis, deve permitir no mínimo:**
  - 5.7.1. Dois níveis de acesso: gestor e usuário;
  - 5.7.2. Cadastramento dos veículos e motoristas;
  - 5.7.3. Emissão de relatórios on-line (data e horário do abastecimento; posto utilizado; quantidade de litros de combustível; quilometragem do veículo, consumo médio);
  - 5.7.4. Acesso aos dados dos veículos e abastecimento em tempo real;
  - 5.7.5. Alteração de dados, bloqueio e desbloqueio de cartões e senhas on-line, em tempo real.
- 5.8. **Acesso aos abastecimentos:**
  - 5.8.1. Os abastecimentos somente serão possíveis em postos previamente credenciados pela CONTRATADA, com uso de cartão do veículo e do motorista e suas respectivas senhas.
  - 5.8.2. O CONTRATANTE não se responsabilizará pelo pagamento ao posto no caso de indisponibilidade do equipamento, defeito, ausência de sistema alternativo, sendo que, nestes casos, a indisponibilidade deverá ser comunicada ao motorista antes do abastecimento ser realizado.
  - 5.8.3. O equipamento do posto deverá emitir comprovante da transação efetuada, independentemente da solicitação do motorista, que contenha no mínimo as seguintes informações: nome e endereço do posto, identificação do veículo, identificação do motorista, hodômetro do veículo no momento do abastecimento, tipo de combustível adquirido, quantidade de litros, valor do abastecimento, data e hora da transação, saldo remanescente do limite do cartão;
  - 5.8.4. No caso de impossibilidade temporária de se efetuar a transação em meio eletrônico, a rede credenciada deverá aceitar transações e processos de contingência para garantir a continuidade dos serviços contratados. Este procedimento deve consistir na obtenção da autorização por parte





## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

da contratada ou fiscal do contrato da contratante, sendo todas as informações necessárias ao controle e gestão dos abastecimentos transcritos em formulário próprio;

- 5.8.5. A contratada deverá adotar sistema de segurança de forma a impedir o abastecimento de outros veículos que não sejam autorizados pela Contratante, permitindo o controle sobre todos os abastecimentos;
- 5.8.6. O Sistema deverá prever o fornecimento de 01 (um) cartão parametrizado e vinculado a APENAS um veículo específico da frota, não podendo o mesmo cartão possibilitar o abastecimento de outro veículo;
- 5.8.7. O abastecimento não poderá ser efetuado sem a posse do cartão específico do veículo, mesmo que o condutor esteja de posse de cartão pertencente a outro veículo da frota da Contratante;
- 5.8.8. A Contratada deverá fornecer pelo menos 01 (um) cartão coringa (não vinculado) para cada Unidade, para utilização em casos excepcionais (locações, trocas, perdas, etc.) e devidamente autorizados pela Administração, com seu custo incluso no valor do serviço de gerenciamento de frota;
- 5.8.9. O abastecimento indevido de veículo não autorizado, cancelado ou bloqueado pelo gerenciamento, se constatado, será considerado falha no sistema, e as despesas efetivadas serão suportadas pela Contratada;
- 5.8.10. Os combustíveis a serem oferecidos deverão atender às especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP, conforme legislação em vigor. Os prejuízos causados aos veículos da frota, decorrentes do uso de combustível com suas características alteradas, ou seja, fora dos padrões exigidos pela legislação, deverão ser custeados pela Contratada;
- 5.8.11. A Contratada deverá oferecer flexibilidade no sistema de abastecimento pretendido, para facilitar o acesso a rede de serviços dispersa pelo País, atendendo plenamente as peculiaridades da Secretaria de Assistência Social, que por vezes necessita realizar viagens em missões de âmbito nacional.

#### 5.9. Rede de postos de abastecimento credenciada:

- 5.9.1. A CONTRATADA deverá dispor de no mínimo 03(três) estabelecimentos credenciados no município de São Mateus/ES e mínimo 01(um) estabelecimento nos demais municípios dos Estados do Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Esclarecemos que os postos de abastecimento nos Estados mencionados são necessários, considerando viagens técnicas do FMS E Conselho Tutelar.
- 5.9.2. A CONTRATADA será a única responsável pelo pagamento aos postos credenciados dos valores consumidos pelo CONTRATANTE, que não responderá solidária ou subsidiariamente por esse pagamento.
- 5.9.3. Os postos credenciados deverão prestar serviços de abastecimento no mínimo de segunda-feira a sábado, das 7h00 às 20h00, devendo haver, ao menos, um posto com atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia e sete dias por semana num raio de 10 Km do Edifício-sede do CONTRATANTE, localizado na Rua Alberto Sartorio, nº.404, Carapina, São Mateus/ES
- 5.9.4. Cada condutor deverá ter sua identificação validada por meio de senha durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos credenciados pela CONTRATADA, sendo de sua responsabilidade a solução técnica que identifique o condutor do veículo no ato do abastecimento e coíba, com agilidade e segurança, as eventuais utilizações não autorizadas.
- 5.9.5. As eventuais alterações ou mudanças dos postos credenciados devem ser comunicadas imediatamente ao CONTRATANTE, via site eletrônico ou por intermédio do sistema instalado pela empresa CONTRATADA.
- 5.9.6. O credenciamento de novos postos, conforme a necessidade do CONTRATANTE deverá ser efetivada pela CONTRATADA no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data da solicitação.

#### 5.10. Fornecimento de cartões:

- 5.10.1. A CONTRATADA fornecerá gratuitamente os cartões magnéticos ou cartões micro processados, sendo 01 (um) para cada veículo cadastrado, totalizando aproximadamente a quantidade de 120(cento e vinte), e informado pelo CONTRATANTE, inclusive para os casos de perda, roubo, furto, extravio ou incorporação de novos veículos automotores à frota do CONTRATANTE.
- 5.10.2. A CONTRATADA deverá fornecer os cartões no prazo máximo de 10(dez) dias.
- 5.10.3. O CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer tempo, o acréscimo do quantitativo de cartões, os quais deverão ser fornecidos pela CONTRATADA no prazo máximo de 10 (dez) dias, também gratuitamente.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

#### 5.11. Tipo de cartão:

5.11.1. Cartão individual por veículo e uso de senha, com tecnologia que permita a gestão da frota e dos abastecimentos. Este cartão possibilitará o acesso do posto ao limite de crédito do veículo, e o seu uso identificará o veículo que foi abastecido nos relatórios. O cartão deverá trazer, no mínimo, o nome da CONTRATADA, n.º do cartão, placa do veículo.

#### 5.12. Sistema de abastecimento:

5.12.1. Após assinatura do contrato será fornecido planilha contendo a identificação dos veículos e usuários pertencentes à frota do CONTRATANTE.

5.12.2. O software de Gestão de Abastecimento, os Equipamentos Periféricos e os Cartões da CONTRATADA devem compreender, no mínimo:

Emissão de relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle das despesas, condutores, consumo e quilometragem específicos por veículo;

I. Parametrização dos cartões com os dados necessários para identificação das características dos veículos e equipamentos automotivos, contendo, no mínimo, as seguintes restrições:

a) Por veículo: tipo de combustível, limite de crédito em R\$ por transação e em R\$/mês;

b) Para o condutor: impedir transações sem senha e possibilitar a identificação de ocorrências por tentativas frustradas.

- O bloqueio/desbloqueio/troca de senha de forma online e instantânea;
- O cancelamento imediato para os casos de perda ou extravio de cartão;
- A fixação de limite de preço unitário máximo por combustível para cada veículo, determinado pelo CONTRATANTE, o qual não poderá ser ultrapassado sem sua expressa autorização;
- Identificação do usuário no momento do abastecimento através da senha pessoal;

#### 5.13. Limite de crédito dos cartões-combustível:

5.13.1. A cada cartão-combustível corresponderá um limite de crédito mensal, determinado pelo Agente Fiscalizador do CONTRATANTE. Esse limite determinará não somente o valor, mas também o tipo de combustível que poderá ser utilizado para abastecimento do veículo.

5.13.2. Deverá ser possível para o CONTRATANTE alterar esse limite sempre que julgar necessário, via web, por meio do uso de sistema informatizado. Deverá também ser possível adicionar valores extras ("cota extra") em tempo real, utilizando o sistema sempre que o CONTRATANTE julgar conveniente e necessário.

5.13.3. Esse limite deverá ser disponibilizado por mês automaticamente pela empresa CONTRATADA para cada cartão, de forma integral, porém sem acumular com os valores não utilizados no mês anterior. A CONTRATADA deverá observar rigorosamente esta data de disponibilização de crédito para que a continuidade do serviço não seja prejudicada.

### CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento do combustível deverá estar disponibilizado à CONTRATANTE no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço.

6.2. Quanto ao quantitativo estimado a ser contratado, só será pago o que efetivamente for consumido.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A execução do contrato será acompanhada por servidor formalmente designado por cada secretaria, a quem caberá o acompanhamento periódicos dos relatórios de consumo dos abastecimentos realizados, a fiscalização do contrato, bem como os ajustes com vistas à melhoria e a certificação da nota fiscal correspondente aos serviços prestados e aos produtos fornecidos.

8. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
TIPO	TITULAR	SUPLENTE
NOME COMPLETO	AMOS MARQUES MEDEIROS	MARCELA NEGRIS SCALDAFERRO
Nº. MATRÍCULA	57933	67181
TIPO DO VÍNCULO	EFETIVO	EFETIVO



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

## Estado do Espírito Santo

SECRETARIA DE AGRICULTURA		
TIPO	TITULAR	SUPLENTE
<b>NOME COMPLETO</b>	MAURO VIEIRA ROCHA	PALOMA FRANCISCA PANCIERI DE ALMEIDA
<b>Nº. MATRÍCULA</b>	067403-01	070748-02
<b>TIPO DO VÍNCULO</b>	EFETIVO	COMISSIONADO

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL		
TIPO	TITULAR	SUPLENTE
<b>NOME COMPLETO</b>	CASSIA VENTORIM MOREIRA	JOSE ROBERTO DE ALMEIDA NEVES
<b>Nº. MATRÍCULA</b>	73.111	67.202
<b>TIPO DO VÍNCULO</b>	COMISSIONADO	EFETIVO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
TIPO	TITULAR	SUPLENTE
<b>NOME COMPLETO</b>	JESSE CORREIA DO NASCIMENTO	EMANUEL PINHEIRO
<b>Nº. MATRÍCULA</b>	07321801	57659
<b>TIPO DO VÍNCULO</b>	COMISSIONADO	EFETIVO

SECRETARIA DE ESPORTES		
TIPO	TITULAR	SUPLENTE
<b>NOME COMPLETO</b>	RAFAEL MENDES DOS SANTOS	JOÃO DANIEL ROCHA DE ARAUJO
<b>Nº. MATRÍCULA</b>	073210	073237-01
<b>TIPO DO VÍNCULO</b>	COMISSIONADO	COMISSIONADO

SECRETARIA DE FINANÇAS		
TIPO	TITULAR	SUPLENTE
<b>NOME COMPLETO</b>	MAURO RIBEIRO DA SILVA	RENAN MOREIRA BRAGA
<b>Nº. MATRÍCULA</b>	51.460	51.265
<b>TIPO DO VÍNCULO</b>	EFETIVO	EFETIVO

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE		
TIPO	TITULAR	SUPLENTE
<b>NOME COMPLETO</b>	ALESSANDRO COSME	JOÃO CARLOS FRANÇA
<b>Nº. MATRÍCULA</b>	62534	6896504
<b>TIPO DO VÍNCULO</b>	EFETIVO	EFETIVO

SECRETARIA DE OBRAS		
TIPO	TITULAR	SUPLENTE
<b>NOME COMPLETO</b>	CAROLINA PERES MOREIRA	JOAO ADIR OLIVEIRA SCARDINI



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS**  
**Estado do Espírito Santo**

<b>Nº. MATRÍCULA</b>	61515-01	071115-02
<b>TIPO DO VÍNCULO</b>	EFETIVA	COMISSIONADO

<b>SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>		
<b>TIPO</b>	<b>TITULAR</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>NOME COMPLETO</b>	VIVIANE RAMOS PICOLI	TELMA SOUZA SILVA
<b>Nº. MATRÍCULA</b>	500453-01	400.690-2
<b>TIPO DO VÍNCULO</b>	DESIGNAÇÃO TEMPORARIA	COMISSIONADO

<b>SECRETARIA DE SAUDE</b>		
<b>TIPO</b>	<b>TITULAR</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>NOME COMPLETO</b>	CLAUDIANA SANTOS DA SILVA	CARLEA PINHA BRBOSA COSTA
<b>Nº. MATRÍCULA</b>	071081-03	
<b>TIPO DO VÍNCULO</b>	COMISSIONADA	EFETIVO

#### **7.2. Forma detalhada como se dará a fiscalização**

- 7.2.1.** acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993 e do artigo 6º do Decreto nº 2.271/1997.
- 7.2.2.** A verificação da adequação da prestação dos serviços deverá ser realizada com base nos critérios previstos no contrato, TR e anexos.
- 7.2.3.** descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste TR e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/1993.
- 7.2.4.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666/1993.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 8.1.** É vedada a sub-contratação total ou parcial do fornecimento do objeto deste Contrato, salvo com autorização prévia por escrito do CONTRATANTE que não excederá 25% (vinte e cinco por cento).

#### **CLÁUSULA NONA - DA ASSINATURA DO CONTRATO**

- 9.1.** A assinatura do presente contrato fica condicionada a apresentação por parte da **CONTRATADA**, de cópia da Certidão Negativa de Débito – CND (INSS) e do Certificado de Regularidade de Situação – CRF (FGTS) atualizadas e CNDs da Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da **CONTRATADA**.
- 9.2.** Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da **CONTRATADA** perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), do Certificado de Regularidade de Situação – CRF (FGTS), Federal, Estadual e Municipal estiverem com os prazos de validade vencidos, o **CONTRATANTE** verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 9.3.** Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a **CONTRATADA** será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 9.4.** Quando a **CONTRATADA**, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular ou se recusar a assinar o contrato, será convocada a licitante subsequente, na ordem de



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, com vistas à celebração da contratação, em conformidade com o artigo 4º, inciso XXIII da Lei 10.520/02.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

##### **10. São obrigações da CONTRATADA:**

- 10.1.** Disponibilizar acesso ao Software de Gestão de Abastecimento;
- 10.2.** Credenciar por escrito junto ao CONTRATANTE um representante com poderes para tomar quaisquer providências relativas à execução do objeto do presente Termo de Referência;
- 10.3.** Cadastrar o nível de permissão (consulta/administração) do acesso ao Software de Gestão de Abastecimento para cada unidade conforme estabelecido pelo CONTRATANTE, podendo um ou mais usuários ter acesso completo ou parcial a toda frota, de acordo com suas respectivas responsabilidades;
- 10.4.** Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, subordinados ou prepostos e ainda por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos e por todos os danos e/ou prejuízos que, a qualquer título, causar ao CONTRATANTE, bem como a terceiros, em virtude da execução do objeto do presente memorial descritivo, respondendo por si e por seus sucessores;
- 10.5.** Ressarcir ao CONTRATANTE os danos e prejuízos que venham a ocorrer, no prazo estipulado na notificação administrativa à CONTRATADA, sob pena de multa;
- 10.6.** Submeter os serviços prestados à aceitação pelo Agente Fiscalizador do Contrato, ao qual caberá direito de recusa caso se constate que estes não estejam de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência ou apresentem quaisquer outros vícios relativos às normas de consumo que lhes sejam aplicáveis;
- 10.7.** Assumir, por sua única e exclusiva conta, risco e responsabilidade, o custo decorrente da prestação do serviço, bem como do material necessário à sua execução, inclusive transporte e entrega, assim como quaisquer taxas e emolumentos que recaiam sobre o objeto deste Termo de Referência;
- 10.8.** Obrigar-se a executar o objeto do presente Termo de Referência nas condições, qualidade, quantidade e especificações aqui constantes, nos locais e prazos determinados pelo CONTRATANTE;
- 10.9.** Providenciar a imediata correção de quaisquer deficiências apontadas pelo CONTRATANTE relativas à execução do objeto;
- 10.10.** Responder a qualquer comunicação do CONTRATANTE por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contadas do recebimento da comunicação, submetendo-se a CONTRATADA às sanções e penalidades cabíveis caso tal determinação não seja cumprida;
- 10.11.** Retificar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da data de comunicação feita pelo CONTRATANTE, o serviço executado, naquilo que vier a ser recusado;
- 10.12.** Obrigar-se, inobstante a emissão do Termo de Aceite, a garantir a perfeita execução do objeto deste edital, nos termos da legislação civil, penal e trabalhista vigentes, bem como das disposições constantes do presente memorial descritivo;
- 10.13.** Quaisquer tolerâncias, concessões ou liberalidades do CONTRATANTE para com a CONTRATADA, quando não manifestadas por escrito, não constituirão precedentes invocáveis por esta e não terão o poder de alterar as obrigações pactuadas;
- 10.14.** Entregar os cartões, nas quantidades iniciais para cada veículo, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a entrega da relação de veículos e usuários pelo CONTRATANTE;
- 10.15.** Não alterar o prazo de início e a forma de execução do objeto, salvo se por expressa autorização do CONTRATANTE;
- 10.16.** Não subcontratar parte ou o todo da execução do objeto;
- 10.17.** Oferecer, sem ônus para o CONTRATANTE, treinamento quando necessário, a todos os gestores e usuários envolvidos na utilização do sistema informatizado, sendo que o cronograma de treinamento será previamente acordado entre a Contratante e a Contratada;
- 10.18.** A CONTRATADA deverá oferecer novo treinamento sem ônus para a CONTRATANTE, sempre que ocorrer alteração no sistema e/ou houver necessidade durante a vigência do contrato, mediante solicitação expressa da CONTRATANTE;
- 10.19.** Será considerado USUÁRIO, toda pessoa, a critério da CONTRATANTE, que utilizar o sistema de Gerenciamento de Frotas ao qual a CONTRATADA disponibilizará todo treinamento necessário para que possam utilizar corretamente o sistema, como também fornecera senhas de acesso ao sistema web de gerenciamento, em diferentes níveis, conforme o caso;
- 10.20.** A CONTRATADA deverá efetuar o pagamento do combustível fornecido pelos postos que integram a rede credenciada, diretamente aos respectivos estabelecimentos, sendo certa que, a CONTRATADA é a única responsável por essa atividade e que a Prefeitura Municipal de São Mateus não responde, em



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

hipótese alguma, por esse pagamento;

**10.21.** A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico por meio de serviço de atendimento ao cliente, por telefone ou via internet através do Sistema de atendimento 24 (vinte e quatro) horas, todos os dias do ano, não sendo aceito sistema de atendimento eletrônico;

**10.22.** A CONTRATADA ficará impedida de usar os dados em seu poder, bem como repassá-los a terceiros, por quaisquer meios, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

**11.1.** Havendo interesse público, o presente contrato poderá ser rescindido conforme previsão nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E DOS ENCARGOS SOCIAIS.**

**12.1.** À CONTRATADA cabem os recolhimentos em favor da Previdência Social e os ônus inerentes às obrigações trabalhistas de acordo com as normas da Consolidação das Leis do Trabalho.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES/PENALIDADES**

**13.1.** Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, pelo não cumprimento dos compromissos acordados, atraso no cumprimento e/ou inexecução contratual de qualquer espécie, poderá ser aplicado, a critério da CONTRATANTE, as penalidades e sanções previstas na Lei federal nº 8.666/93, Lei nº. 10.520/2002, de acordo com o previsto no Edital.

**13.2.** Segue abaixo as sanções previstas para efeito de descumprimento de contrato:

**13.2.1.** A Licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a ATA ou o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta, fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e de contratar com a administração pública e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou nos Sistemas de Cadastramento de Fornecedores a que se refere o inciso XIV do artigo 4º da Lei nº 10.520/2002, sem prejuízo das multas e demais cominações Legais”.

**13.3.** Em notificação escrita e sem prejuízo da faculdade de rescindir este Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes multas moratórias:

- a) 0,03% (três centésimos por cento) do valor total estimado deste Contrato, por dia, pelo não cumprimento de exigência contratual ou solicitação da Fiscalização.
- b) 0,03% (três centésimos por cento) do valor total estimado deste Contrato, por dia, pelo atraso no início dos serviços, estabelecido na Autorização de Serviço (AS) emitida pelo CONTRATANTE.
- c) 0,03% (três centésimos por cento) do valor total estimado deste Contrato, por dia e por ocorrência, pelo atraso na conclusão dos serviços.
- d) 5% (cinco por cento) sobre o valor do Boletim de Medição (BM) do mês equivalente, no caso de ocorrer paralisação dos serviços, por dia de paralisação.
- e) Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato pela recusa injustificada da assinatura da Ata, do Contrato e da Ordem de Serviços.

**13.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior, de conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**13.5.** O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 20% do equivalente ao valor total estimado deste Contrato.

**13.6.** O CONTRATANTE, sem prejuízo da faculdade de rescindir o presente Contrato, poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes multas compensatórias:

- a) 5% (cinco por cento) sobre o valor da fatura do mês equivalente, caso a CONTRATADA deixe de apresentar a Guia da Previdência Social (GPS) e/ou a Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) ou apresente-as desconforme.
- b) Entende-se desconforme a GPS e/ou a GFIP que não contenha a comprovação de recolhimento das contribuições previdenciárias e/ou de FGTS de todos os empregados da CONTRATADA em atuação na execução deste Contrato.
- c) 0,03% (três centésimos por cento) do valor total estimado deste Contrato, por dia de atraso no pagamento de seus empregados, após o prazo previsto na legislação em vigor.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

### Estado do Espírito Santo

- 13.7.** O CONTRATANTE, sem prejuízo da faculdade de rescindir o presente Contrato, poderá aplicar à CONTRATADA as multas compensatórias, respondendo ainda a CONTRATADA por qualquer indenização suplementar no montante equivalente ao prejuízo excedente que causar, na forma do Parágrafo Único, do art. 416, do Código Civil.
- 13.8.** Pelo descumprimento total do objeto contratual será aplicada, mediante notificação escrita à CONTRATADA, a multa compensatória no valor correspondente a 100% (cem por cento) do valor total reajustado.
- 13.9.** As penalidades estabelecidas nesta Cláusula não excluem quaisquer outras previstas em lei ou neste Contrato, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar ao CONTRATANTE, em consequência do inadimplemento de qualquer condição ou Cláusula deste Contrato.
- 13.10.** Quando a CONTRATADA for notificada da ocorrência de situação permissiva de aplicação de multa, lhe será garantido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para defesa.
- 13.11.** As multas têm como base de cálculo o valor total deste Contrato, salvo especificação em contrário, serão sempre calculadas sobre o valor original do mesmo, independente de ter havido alteração durante a vigência.
- 13.12.** Em caso de aplicação de multa compensatória, de seu montante deverão ser deduzidos todos os valores recebidos em razão da aplicação de multas moratórias.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 14.1.** Quando necessária a modificação no valor contratual, em decorrência de acréscimos ou diminuição quantitativa de seu objeto, poderá ocorrer até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, servindo de base o valor unitário da proposta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS DEVERES DA CONTRATADA

- 15.1.** Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados;
- 15.2.** Efetuar os pagamentos com pontualidade nas condições e preços pactuados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais e legais, podendo rejeitar no todo ou em parte os serviços executados e materiais fornecidos em desacordo;
- 15.3.** Notificar por escrito, à **CONTRATADA**, na ocorrência de eventuais imperfeições e falhas no curso de execução dos serviços ou fornecimento dos combustíveis, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 15.4.** Solicitar ao preposto sempre que necessário, a adoção de medidas efetivas de correção ou adequação do fornecimento e serviços prestados pela **CONTRATADA**;
- 15.5.** Prestar a **CONTRATADA** as informações e esclarecimentos necessários à realização do objeto contratual;
- 15.6.** Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços, dentro das normas contratuais e legais;
- 15.7.** Fornecer a **CONTRATADA** todos os dados cadastrais dos veículos e condutores;
- 15.8.** Comunicar a **CONTRATADA** qualquer acréscimo, substituição ou retirada de veículos da frota da PMSM no prazo máximo de 10 (dez) dias

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1.** Naquilo em que for omissivo, o presente instrumento contratual, reger-se-á pelas Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/1993 e pelas condições estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico nº **033/2021**.
- 17.2.** A **CONTRATADA** deverá atender todas as exigências da **CONTRATANTE** quanto ao cumprimento da legislação pertinente, independente de transcrição.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICIDADE DO CONTRATO

- 18.1.** A administração Municipal deverá publicar o resumo deste Instrumento de Contrato até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês de assinatura, na Imprensa oficial, em conformidade com o parágrafo único do artigo 61 da lei 8.666/1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

- 19.1.** Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento fica eleito o Foro da Comarca de São Mateus - ES, por mais privilegiado que outros sejam.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS**

**Estado do Espírito Santo  
São Mateus/ES, xx de xxxx de 2021.**

**XXXXX**

Secretária Municipal de Adminixxxstraçãõ e Recursos Humanos

**MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS-ES**

**CONTRATANTE**

**XXXX**

**XXXX**

**XXXX**

**CONTRATADA**





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS  
Estado do Espírito Santo  
ANEXO I DO CONTRATO

**“PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES E VALORES”**

<b>SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</b>							
<b>CONTRATADA: POSTO RIO NEGRO LTDA</b>							
<b>ITEM</b>	<b>UNID.</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>QUANT.</b>	<b>Valor Unit. Médio da Tabela ANP (*)</b>	<b>PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE PREÇO MÉDIO DA TABELA ANP (*)</b>	<b>Valor Unit. com percentual de desconto</b>	<b>Valor Total com Percentual de Desconto</b>
01	Litros	GASOLINA COMUM					
02	Litros	DIESEL S10					
03	Litros	DIESEL COMUM					
<b>VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$</b>							

(\*) Registra-se que o critério utilizado foi o de "MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE PREÇO MÉDIO DA TABELA ANP". Desta forma, para fins de registro no presente contrato, foi utilizado como valor de referência o preço médio, conforme tabela emitida pelo sítio oficial da ANP - Agência Nacional de Petróleo, anexo ao contrato, datado de março/2021. Caberá a fiscalização do contrato o acompanhamento mensal dos valores, para mais ou menos, conforme preço médio emitido pela ANP, sobre os quais deverão ser aplicados os descontos contratados, para fins de medição e pagamento.